



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDIANE MOURA JORGE

**A INTERDISCIPLINARIDADE E O SERVIÇO SOCIAL: ESTUDO DAS
RELAÇÕES ENTRE PROFISSÕES NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELÉM**

Belém-PA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

EDIANE MOURA JORGE

**A INTERDISCIPLINARIDADE E O SERVIÇO SOCIAL: ESTUDO DAS
RELAÇÕES ENTRE PROFISSÕES NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELÉM**

Dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, apresentada como requisito à Defesa de Dissertação, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes.

Belém-PA

2016

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Armando Corrêa Pinto – ICSPA/UFPA

- J826 Jorge, Ediane Moura
A interdisciplinaridade e o serviço social: estudo das relações entre profissões no Centro Especializado da Assistência Social em Belém / Ediane Moura Jorge. - 2016.
113 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Reinaldo Nobre Pontes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.
1. Assistência social. 2. Serviço social. 3. Interdisciplinaridade 4. Relações de trabalho. I. Pontes, Reinaldo Nobre, *orient.* II. Título.

CDD 361.3092

EDIANE MOURA JORGE

A INTERDISCIPLINARIDADE E O SERVIÇO SOCIAL: ESTUDO DAS
RELAÇÕES ENTRE PROFISSÕES NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELÉM

Dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará, apresentado como requisito à Defesa de Dissertação, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes.

Banca Examinadora:

Prof.^o Dr. Reinaldo Nobre Pontes (Orientador)

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Batista Gomes (Examinadora interna)

Prof.^o Dr. Carlos Jorge Paixão (Examinador Externo)

Aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Belém-PA

2016

AGRADECIMENTOS

Uma travessia histórica, traspassada por muitas adversidades, é o que posso dizer desta caminhada que foi este Mestrado. Sinto-me motivada a continuar exercendo minha profissão sob novos olhares. Importantes nessa travessia foram pessoas que influenciaram o início da busca, o seu desenvolvimento e o término da caminhada. São amigas e amigos que torceram por mim e foram solidários, não teriam laudas suficientes para agradecer-lhes, não pude incluir todos aqui.

Começo por agradecer à Sra. Izabel Jorge e ao Sr. Edmilson Jorge que embasaram as raízes da minha busca pelo aprender, proporcionando as condições objetivas e os afetos necessários até aqui. Ao orientador que se tornou um amigo, professor Reinaldo Pontes, apoiador e incentivador nessa etapa de travessia, gratidão eterna! Às amigas Olga, Carla, Verena, Karina, Cilene que compartilharam momentos de motivação, alegria e descobertas no GEPPS, em especial minha amiga Olga que dividiu sua generosidade comigo, gratidão. Às professoras do PPGSS, Joana, Nádia, Sandra, Vera, Adriana, Maria Antônia que partilharam seus conhecimentos com a turma de 2014 e foram solidárias em um momento singular da minha vida, gratidão.

À minha turma de mestrado, Jane, Andréa, Elton, Odália, Larissa, Vânia, Giselle, Thaize e Bruna que mesmo nas adversidades dessa caminhada, que é o processo da construção de um conhecimento da totalidade, provisório, foi uma turma que sempre se apoiou e interagiu com afeto. Ao professor Carlos e professora Vera pela gentileza de contribuírem e comporem minha banca de defesa. Agradeço às profissionais dos CREAS que aceitaram fazer parte desta dissertação com suas entrevistas.

Agradeço ao Antonino, que compartilhou momentos de conhecimento, contribuiu para a travessia e que sigamos em paz. À minha Flor Passarinha que passou voando deixando seus efeitos, um deles, força para eu continuar seguindo, Odara!

*Deixa eu dançar pro meu corpo ficar Odara.
Minha cara minha cuca ficar Odara. Deixa eu
cantar que é pro mundo ficar Odara, pra ficar
tudo joia rara, qualquer coisa que se
sonhara. Canto e danço que dara.*

(Caetano Veloso)

RESUMO

A presente dissertação trata das relações entre diferentes profissões e como acontece esse diálogo entre sujeitos profissionais que irão intervir numa realidade comum, no espaço de trabalho da Política de Assistência Social de Belém, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS. Esse espaço de trabalho requer conhecimentos específicos como os do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia para intervenções interdisciplinares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que embasada no método crítico-dialético buscou apresentar os resultados da análise sobre a necessidade do Estado contratar conhecimentos para atender sua missão pública; sobre as intervenções e o diálogo entre as profissões; sobre a existência ou não da perspectiva de interdisciplinaridade no espaço do CREAS; sobre as intervenções consideradas interdisciplinares pelas profissionais. A interdisciplinaridade sendo estudada no campo da prática profissional apresenta alguns desafios que passam pela precarização no trabalho na atual conjuntura que dificultam as possibilidades para o desenvolvimento da perspectiva; também, no campo teórico apresentamos diferentes autores com diferentes concepções teórico-metodológicas sobre concepções da multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e suas implicações na ação profissional. Apresentamos algumas aproximações sucessivas sobre a possibilidade de trabalho na perspectiva de Interdisciplinaridade pelas profissionais para atender as demandas da Política de Assistência Social, considerando que adotar a perspectiva de Interdisciplinaridade é possível quando se constroem condições objetivas para seu exercício.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade; Serviço Social; Assistência Social.

ABSTRACT

This dissertation deals with the relations between different professions and how it happens dialogue takes place between professional subjects who will intervene in a common reality in the work space of the Social Assistance Policy of Belém, the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS. This workspace requires specific knowledge such as Social Work, Psychology and Pedagogy for interdisciplinary interventions. It is a qualitative research that based on the critical-dialectic method sought to present the results of the analysis on the need of the State to hire knowledge to fulfill its public mission; On interventions and dialogue between professions; On the existence or not of the perspective of interdisciplinarity in the CREAS space; On interventions considered interdisciplinary by professionals. The interdisciplinarity being studied in the field of professional practice presents some challenges that go through the precariousness in the work in the current conjuncture that hinder the possibilities for the development of the perspective; Also, in the theoretical field we present different authors with different theoretical-methodological conceptions about multidisciplinary/multidisciplinary conceptions, interdisciplinarity and transdisciplinarity and their implications in professional action. We present some successive approximations about the possibility of working in the perspective of Interdisciplinarity by professionals to meet the demands of the Social Assistance Policy, considering that adopting the perspective of Interdisciplinarity is possible when objective conditions are built for its exercise.

KEYWORDS: Interdisciplinarity; Social Work; Social assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das profissionais.....	58
Quadro 2 - Condições objetivas de trabalho.....	64
Quadro 3 - Intervenções profissionais	69
Quadro 4 - Relações entre profissões	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos bairros de Belém	43
Figura 2 - Mapa da extensão territorial do município de Belém/PA, de 1999, abrangendo a divisão dos Distritos de Belém	44
Figura 3 - Mapa da extensão territorial do município de Belém/PA, de 1999, abrangendo a divisão dos Bairros de Belém	45
Figura 4 - Relações teóricas para o exercício de Interdisciplinaridade.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FUNPAPA	Fundação João Papa XXIII
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
SEASTER	Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Renda
RH	Recursos Humanos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	18
1.1 AS CIÊNCIAS E A INTERDISCIPLINARIDADE	18
1.2 A INTERDISCIPLINARIDADE, A MULTIDISCIPLINARIDADE E A TRANSDISCIPLINARIDADE	22
1.3 INTERDISCIPLINARIDADE, PROFISSÕES E EMANCIPAÇÃO HUMANA	33
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELÉM	38
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS CREAS EM BELÉM-PARÁ	38
2.2 O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS NO CREAS	48
3 OLHARES PLURAIS DA INTERDISCIPLINARIDADE: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	55
3.1 CAMINHOS DA PESQUISA	55
3.2. A MISSÃO PÚBLICA DO ESTADO E O CONHECIMENTO DAS PROFISSÕES	59
3.2.1. Importância dos conhecimentos disciplinares	70
3.3. INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E O DIÁLOGO ENTRE AS PROFISSÕES	75
3.4. ESPAÇO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DE INTERDISCIPLINARIDADE	84
3.5. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICES	111
Apêndice A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS	112
Apêndice B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	113

INTRODUÇÃO

"[...] o mundo é mudança contínua e incessante de todas as coisas e que a permanência é ilusão".

(Marilena Chauí)

Compreender como o exercício profissional do assistente social se concretiza em um espaço de trabalho é tema presente no Serviço Social, porém, compreender as relações entre diferentes profissões e como se realiza esse diálogo entre sujeitos profissionais que irão intervir numa realidade comum, é o tema que me dispus pesquisar.

Desta maneira, analisar e compreender a relação do Serviço Social como profissão mediatizada pela intervenção profissional do assistente social durante a atuação conjunta com outros profissionais da área social em uma perspectiva de interdisciplinaridade¹ no espaço de trabalho do CREAS em Belém (sendo este um espaço de Política Pública do Estado que para sua operacionalização requer conhecimentos e ações profissionais em face de obrigações ético-políticas, considerando o campo das formações profissionais dos conhecimentos disciplinares) foi o objetivo que me propus a estudar e ter apreendido nesse processo de construção desta dissertação.

Diferentes disciplinas em interação em um espaço de trabalho podem trocar experiências através de um encontro e tecer diálogos que possam proporcionar diferentes formas de enxergar e abordar uma realidade de trabalho. Foi esse encontro de profissões na vivência do CREAS instalado no município de Benevides-Pará que trabalhando como assistente social, interagindo e dialogando com psicólogas e pedagogas, despertei o interesse pela Interdisciplinaridade, e tornei objeto de investigação esse encontro e troca entre as profissões nesse espaço de mediação do Estado onde disciplinas profissionais compartilham experiências e conhecimentos durante as suas intervenções na realidade.

Como espaço de mediação do Estado, de uma Política Pública de Assistência Social que oferece a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, esse

¹ A forma correta é "interdisciplinaridade". Esta palavra resulta da junção do prefixo "inter-" ao substantivo "disciplinaridade" (disciplinar + idade). A terminação -iedade encontra-se em palavras que resultaram da junção deste sufixo a um adjetivo terminado em -io (ex. arbitrário - arbitrariedade; solidário - solidariedade) ou em palavras que derivam directamente do latim (ex. *proprietatis* > propriedade). Por isso, deve escrever-se "interdisciplinaridade". Disponível em <<http://emporportuguescorrecto.blogs.sapo.pt/13822.html>>.

espaço institucional tornou-se o lugar do campo de investigação que subsidiou este estudo.

Algumas questões iniciais nortearam esta investigação e se tornaram os objetivos específicos da mesma, a saber: Qual a importância da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no processo de encontro e troca de saberes entre profissionais no CREAS e para a intervenção profissional do assistente social? Como se concretiza o encontro de conhecimentos profissionais que nascem de uma formação universitária, de um saber socialmente construído que envolve conceitos, categorias, habilidades, ações, instrumentos e técnicas diferenciados durante a intervenção interdisciplinar entre assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogados no CREAS em Belém? Como os diferentes profissionais que compõem a equipe de trabalho do CREAS, compreendem, agem, reagem e se movem num espaço considerado interdisciplinar, de relação de encontro e troca de saberes, e como se manifestam as potencialidades e as necessidades destes saberes em diálogo em um espaço público de atenção às necessidades humanas de segmentos populacionais atingidos por várias expressões de violações de direitos humanos?

Passei a considerar a Interdisciplinaridade um conceito de análise porque trata de como o assistente social utiliza ou incorpora esse conhecimento à sua prática profissional, e como acontece a relação e encontro com outros sujeitos profissionais. A proposta desta dissertação é conhecer como os profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia que trabalham nos CREAS de Belém-Pará vêm experienciando a intervenção interdisciplinar, e como são superadas as dificuldades e contradições das abordagens específicas dos conhecimentos disciplinares pelos profissionais.

Este propósito me conduziu à necessidade de apreender como os profissionais vêm exercendo sua intervenção diante dos conflitos numa inserção histórica na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, e como se tem desenvolvido as experiências colaborativas e flexíveis entre os profissionais do CREAS que dialogam sobre seus princípios e conceitos fundamentais do exercício profissional.

Como assistente social, formada em junho de 2002, pela Universidade Federal do Pará, iniciei a carreira profissional em interação com psicólogas e pedagogas. Algumas vezes, e, não raras, essa interação foi permeada por

dificuldades de diálogo e consenso sobre as decisões necessárias para melhor desenvolver nossa intervenção profissional em uma equipe de trabalho. Porém, tive três experiências muito enriquecedoras no que trata de interagir, cooperar, dialogar, trocar conhecimentos, exercer um trabalho próximo do que podemos caracterizar como interdisciplinar.

A primeira foi relacionada ao trabalho em uma equipe de referência ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica no Centro de Referência Maria do Pará em Belém (o qual hoje está extinto) no ano de 2008. A segunda experiência se reporta ao trabalho no Centro de Referência da Assistência Social, CRAS Dom Vicente Zico em Marituba-Pará, no ano de 2010. A terceira diz respeito ao trabalho, por mim realizado, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social, CREAS de Benevides-Pará, em 2013. Foram três experiências que me proporcionaram trocar conhecimentos para intervir junto às demandas do espaço de trabalho.

Porém, foi a partir da experiência profissional no CREAS de Benevides que me deparei com o interesse pelo interdisciplinar, os casos dos sujeitos acompanhados nos atendimentos exigiam debates teóricos profundos sobre as diferentes abordagens profissionais e a equipe conseguia reservar alguns momentos para aprofundar diálogos e conhecimentos sobre as famílias atendidas. Eram debates tão complexos que me conduziram a refletir sobre a minha formação profissional e a interdisciplinaridade.

Dessa forma, o tema Serviço Social e Interdisciplinaridade surgiu como uma inquietação e curiosidade a partir da necessidade de refletir a minha prática profissional no CREAS. Vivenciei neste espaço, algumas dificuldades no campo da relação interdisciplinar, no que tange a ordem da relação entre sujeitos profissionais e seus conhecimentos disciplinares. Experimentei a complexidade da intervenção profissional junto às demandas postas neste campo de atuação do Serviço Social, demandas complexas que exigiam, ao mesmo tempo, conhecimentos específicos e amplos para as intervenções individuais e coletivas dos sujeitos profissionais.

Algumas demandas sociais exigiam estudos minuciosos sobre as relações familiares e as relações comunitárias dos usuários e famílias atendidos no CREAS. Estas demandas geravam debates intensos entre a equipe de profissionais sobre os encaminhamentos devidos e as soluções possíveis para as mesmas. Geralmente, nesses debates, diálogos, manifestavam-se as diferentes teorias do conhecimento

que embasavam as diferentes intervenções profissionais. Estes encontros e diálogos entre os profissionais demonstravam, muitas vezes, inseguranças e desencontros entre os conhecimentos disciplinares de cada profissão.

Algumas vezes chegávamos ao consenso e outras vezes não. Então, debatíamos se seriam, mesmo, necessários estes consenso e diálogo entre as profissões ou se bastava apenas uma atuação isolada e monodisciplinar. Algumas indagações iniciais levaram-me a refletir sobre a formação profissional do Serviço Social para uma atuação interdisciplinar. Outras, sobre a dificuldade de diálogo com outros sujeitos, como os psicólogos, os pedagogos e os advogados. A reflexão exigia pensar sobre as estratégias para a troca e o diálogo entre esses profissionais, e encontrar estratégias ao melhor desenvolvimento da relação entre a equipe de trabalho.

Considerando, assim, que o conhecimento está ligado a uma ação sobre a realidade, este trabalho propõe-se discutir as diferentes ações que podem surgir em um espaço físico, social e institucional que possui sujeitos diferenciados que agem sobre determinada realidade. A direção dessa ação pode pressupor consenso entre os diferentes sujeitos, todavia no terreno das Ciências Sociais, torna-se complexo analisar estas ações profissionais, tão distintas em suas formas de conhecer e intervir sobre a realidade.

Assim caminhei até chegar à presente dissertação que se propõe discutir a intrincada relação entre conhecimentos profissionais em um espaço de trabalho da Política Social de Assistência Social, portanto, Psicólogos, Pedagogos, Advogados, Assistentes Sociais desenvolvem uma relação prevista como interdisciplinar no CREAS, a nosso ver, essa relação vem diluindo fronteiras entre disciplinas e suas formações; rompendo fronteiras entre as áreas do conhecimento, do ensino e da prática. Todavia, ao mesmo tempo em que percebemos o rompimento de barreiras, de cercas, percebemos as inseguranças e confrontos entre abordagens, entre poderes, entre conhecimentos.

Desta forma, elaborei algumas hipóteses que pudessem responder algumas incertezas para serem negadas ou afirmadas no processo da busca do conhecimento do real:

- O espaço de política pública sócio ocupacional do CREAS, sendo este uma determinação do Estado capitalista, apresenta as contradições de uma

disciplinarização e fragmentação das Ciências Sociais que muitas vezes geram problemas e dificuldades que inviabilizam as relações de encontro e troca entre os saberes profissionais, afetando o alcance da função pública dos serviços de assistência social, no que se refere ao alcance da cidadania dos mais pobres.

- A intervenção interdisciplinar no CREAS exige uma abertura na direção do diálogo entre corpos profissionais do serviço social, da psicologia, da pedagogia e do direito. Essa abertura gera inseguranças e confrontos entre abordagens, entre poderes, entre conhecimentos/saberes, e exige um conhecimento contemporâneo sobre as dimensões de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que não aparecem nas suas formações do ensino curricular.
- A interdisciplinaridade aparece como um saber do *fazer-com-o-outro*. Uma convivência no múltiplo, na diversidade. Isto exige que profissionais tomem atitudes na direção do encontro e diálogo, do *inter*, do *fazer-com-o-outro*. Exige uma ruptura com pressupostos cartesiano-positivistas, levando os sujeitos profissionais a uma intervenção na realidade sob novos olhares. A interdisciplinaridade aparece como um saber do *fazer-com-o-outro*. Uma convivência no múltiplo, na diversidade. Isto exige que profissionais tomem atitudes na direção do encontro e diálogo, do *inter*, do *fazer-com-o-outro*.

Portanto, a reunião de profissionais especializados para intervir na realidade revela uma necessidade de pensar e executar ações coletivas, e assim, na dimensão da prática profissional este encontro entre conhecimentos profissionais é colocado para investigação, pois pressupondo que o mesmo exige uma abertura e atitude na direção do diálogo, do *inter*, do *fazer-com-o-outro*, é este encontro ou relação que nos faz indagar sobre as intervenções na realidade social, e nos leva indagar sobre esse conhecimento da interdisciplinaridade aplicado a um espaço público.

Deste modo, utilizando o método crítico-dialético, busquei uma aproximação do objeto de estudo e suas determinações. Também, analisando os dados qualitativos por meio da técnica de análise de conteúdo busquei compreender as intervenções profissionais em relação e integração.

Importa registrar que encontrei clássicos e novos referenciais bibliográficos sobre o objeto de estudo, todavia tive algumas dificuldades na apreensão do vasto material devido as diversas teorias que embasam as diferentes concepções do que seja a perspectiva de Interdisciplinaridade.

Os resultados desta pesquisa foram organizados em três capítulos. O Capítulo I traz alguns fundamentos teóricos e referenciais acerca dos conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade relacionados e transversalizados como produção de conhecimentos no campo das Ciências Sociais. No capítulo observamos que o conceito de interdisciplinaridade é usado por vários autores que diferem em sua conceituação, o que nos incitou a uma análise crítica dialética sobre o tema.

No Capítulo II apresento o lugar da pesquisa, a Política de Assistência Social, o CREAS e os serviços que são oferecidos, bem como apresento o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam no CREAS que se tornaram sujeitos desta pesquisa, discorrendo sobre as dimensões de trabalho, competências e atribuições profissionais.

É no Capítulo III que os dados resultantes da pesquisa de campo foram transformados em análises sobre a Interdisciplinaridade no CREAS. Descreve o caminho que percorri para a coleta dos dados, sendo esses retirados das entrevistas realizadas em dois CREAS de Belém-Pa. Os dados mostram os diferentes profissionais em interação e diálogo; trazem a análise sobre a existência de um espaço de trabalho com a perspectiva da Interdisciplinaridade. Também apresentam as relações entre a missão pública do Estado e o conhecimento das profissões; como são as intervenções e o diálogo entre as profissões; se há um espaço de trabalho na perspectiva da interdisciplinaridade; e alguns relatos de experiências das profissionais.

Assim, no campo das intervenções profissionais, encontram-se desafios à execução dessas ações de interação, cooperação, trocas, desafios estes que demandam o efetivo diálogo e a interdisciplinaridade na produção de ações e respostas às variadas expressões da “questão social” em suas particularidades e singularidades. Este trabalho propõe-se analisar essa relação do Serviço Social durante a atuação conjunta com outros profissionais da área social em uma perspectiva de Interdisciplinaridade. Portanto, busquei conhecer como tais conceitos são apropriados pelas profissões no desenvolvimento de seus trabalhos nos CREAS.

Deste modo, compreender o Serviço Social em sua relação com outras disciplinas profissionais foi o que me motivou refletir sobre a perspectiva de Interdisciplinaridade. As reflexões que aqui surgem estão na dimensão do trabalho

prático do assistente social, no campo da sua dimensão técnico-operativa. Esse profissional irá desenvolver uma práxis², irá intervir em um espaço de trabalho que é identificado como *interdisciplinar*: o CREAS. Um espaço que exigirá um conhecimento sobre as dimensões da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Essa é a relevância da análise da relação entre os conhecimentos profissionais, do encontro entre profissões, pelo caminho da Interdisciplinaridade.

² Como uma práxis política, que “pressupõe a participação de amplos setores da sociedade” e é uma atividade prática transformadora (VÁZQUEZ, 2011).

1 A INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

“Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos. Não podemos entrar duas vezes no mesmo rio: suas águas não são nunca as mesmas e nós não somos nunca os mesmos”.

(Heráclito)

A relação entre profissões numa Política Pública que atende uma das missões do Estado com a sociedade requer uma análise sobre a perspectiva de Interdisciplinaridade. Neste capítulo iremos trabalhar sobre os principais conceitos relacionados à Interdisciplinaridade para compreender melhor como os profissionais estabelecem relações no campo do conhecimento e suas diferentes formas, tomando como campo de observação e pesquisa dois CREAS da Política Municipal de Assistência Social de Belém.

Pensar a Interdisciplinaridade em um espaço Público Municipal de uma Política Social em um contexto de correlações de forças entre classes e contradições sociais da sociedade capitalista, nos permitirá explorar um campo teórico da relação entre sociedade e conhecimento. Assim, apresentaremos uma raiz sobre a história que origina o início dos debates sobre a Interdisciplinaridade e as discussões sobre a fragmentação das Ciências.

1.1 AS CIÊNCIAS E A INTERDISCIPLINARIDADE

A Interdisciplinaridade como debate científico surge num período de crise de paradigmas das Ciências (SANTOS, 1988), um período de críticas à Ciência Moderna. Portanto, temos que considerar o movimento e a evolução na história do desenvolvimento do conhecimento humano sobre a natureza,

[...] toda ciência da sociedade, não é senão um elemento de uma visão de conjunto, uma filosofia, uma concepção do mundo, portanto, não é uma descrição puramente objetiva, factual da realidade (LOWY, 2010, p. 31).

Assim, pensar a Ciência exige analisá-la em seu processo histórico e o desenvolvimento de sua legalidade e sua hegemonia sobre o conhecimento e sobre a sociedade, especificamente o movimento histórico do século XIX, onde se deu o

crescimento das Ciências, junto com o avanço do capitalismo, para pontuar o crescimento das disciplinas profissionais e discorrer sobre a Interdisciplinaridade.

Iniciamos pelos gregos, com as suas ideias sobre o Cosmos, ou seja, uma ordem estabelecida, um princípio ordenador e regulador das coisas (CHAUI, 2012, p. 504); criaram a *enkúklios paidéa* (do latim, *orbis doctrinai*), um tipo de ensino geral sobre gramática, dialética, retórica, aritmética, geometria, música, astronomia, segundo Japiassu (1976) um tipo de ensino total sobre cultura geral:

[...] O saber só podia exercer-se no âmbito da totalidade. O conhecimento do particular só tinha sentido na medida em que remetia ao todo. A esse esquema epistemológico global corresponde uma *pedagogia unitária*. Os mestres gregos, particularmente os sofistas, foram os criadores da “cultura geral” (JAPIASSU, 1976, p. 46-47).

A cultura geral da educação grega, pelos sofistas, era um saber de totalidade, um tipo de conhecimento universal, uma pedagogia democrática, sendo os sofistas considerados os primeiros professores que recebiam pagamentos pelo ensino no campo da educação. Esse uno foi fragmentado, tornou-se múltiplo. Heráclito³ dizia que “tudo é um”, acreditava que a multiplicidade era uno e o uno também era múltiplo, esse pensamento, base de alguns dos ensinamentos dos sofistas, diziam da totalidade do saber, que considerava que a unidade dava origem à multiplicidade das coisas; e esse saber uno e múltiplo passaria a ser visto, posteriormente, pela multiplicidade (CHAUI, 2002).

Até o século XIX, filósofos e cientistas consideravam filosofia e ciência a mesma coisa. A criação das Ciências como pluralidade de conhecimentos traz consigo o fragmento da pedagogia unitária, do conhecimento total sobre o cosmos, justificando-se o melhor conhecimento da natureza e da sociedade. Assim, a Ciência do Cosmos passa a ser as Ciências das Disciplinas, temos, portanto, disciplinas do conhecimento sobre a natureza e sobre os seres humanos.

O tempo do saber unitário sofre, com o advento da Idade Moderna, um processo de desintegração crescente. O grande corte ou mutação situa-se a partir da Renascença, da Reforma e das Grandes Descobertas. Esses ‘movimentos’ invadem todos os setores da cultura e desmorona o horizonte familiar e protetor do cosmos que delimitava o espaço mental há milênios. O homem passa a tomar consciência de si num universo indefinidamente ampliado, a terra não é mais o centro do mundo. O ocidente não é mais o

³ Sobre o pensamento de Heráclito e dos sofistas ver: CHAUI, M. Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

centro da terra. Há um degelo de todas as evidências. Aparece uma situação epistemológica inteiramente nova (JAPIASSU, 1976, p. 47-48) (grifo do autor).

O século XVI trouxe a revolução científica de Copérnico, Galileu e Newton e as Ciências Naturais. O século XIX trouxe a emergência das Ciências Sociais - e também institucionalizou uma variedade de disciplinas do conhecimento considerado científico. Dessa forma, na transição do feudalismo ao capitalismo aparecem as possibilidades das especificações da Ciência (JANTSCH; BIANCHETTI, 1995). Institucionalizava-se a Ciência Moderna, trazendo novas visões de mundo e mudanças de paradigmas. E com ela uma infinidade de disciplinas e especializações sobre o conhecimento das distintas realidades e ações correspondentes.

Essa forma de compreender a História da fragmentação das ciências nos leva a observar que essa fragmentação se dá com o crescimento da sociedade capitalista, industrial e burguesa e sua influência na produção do conhecimento considerado científico. A revolução industrial é o processo histórico que demonstra nitidamente a necessidade de fragmentação da Ciência para atender a nova ordem de produção de riquezas.

Assim, a excessiva fragmentação da investigação da realidade, segundo Japiassu (1976) aparece como uma necessidade de integração mais estreita das disciplinas, uma necessidade de unidade. O autor ao analisar a significação epistemológica da Interdisciplinaridade na área da pesquisa científica das Ciências Humanas, apresenta um sentido às colaborações entre disciplinas:

[...] reagrupar todas as informações, todas as contribuições e todos os 'dados' das disciplinas humanas, tendo em vista integrá-las e fazê-las convergir, para que delas possa ser extraída uma modalidade de conhecimento que seria comum a todas (JAPIASSU, 1976, p. 50) (grifo do autor).

Segundo o autor, havia uma situação patológica do saber, considerando-se que o conhecimento científico se fragmentou em sua forma de compreender e explicar o mundo, foram criadas muitas especializações das Ciências a partir do século XIX.

Todavia, é válido refletir que essa fragmentação teve um processo histórico que evoluiu de acordo com a evolução da sociedade capitalista. Antes, a realidade era considerada um todo racional, passou a ser esfacelada em pequenos

fragmentos do conhecimento do real, limitando o papel da razão humana e da sua práxis com o surgimento das relações capitalistas. O conhecimento do todo, considerado verdadeiro, foi limitado em ciências particulares. Dessa maneira, consideramos que a rápida evolução do processo de especializações da Ciência, também, mascarou a compreensão das contradições que surgiam com a positividade da sociedade capitalista (COUTINHO, 2010).

Os estudos sobre a epistemologia das ciências humanas apresenta algumas motivações e justificações ao tema da pesquisa interdisciplinar – que já na década de 1970 do século XX tomava atenção no Brasil no campo das ciências humanas nas universidades - algumas delas consideramos importante exemplificar aqui para fundamentar melhor nossa reflexão sobre o surgimento dos debates na conjuntura brasileira e mundial (JAPIASSU, 1976).

Primeiro, as exigências do campo econômico, principalmente, daquelas indústrias que buscavam eficácia e produtividade, fizeram com que os estudos interdisciplinares ganhassem nome e força ao proporem pesquisas planejadas em grupos com equipes multidisciplinares e interdisciplinares (JAPIASSU, 1976).

Segundo, algumas demandas no campo das ciências levaram ao interesse pelo debate da Interdisciplinaridade. As demandas se pautavam pela necessidade de responder ao “desenvolvimento da ciência” e de fundamentar o surgimento das novas disciplinas; responder “às reivindicações estudantis contra um saber fragmentado”; responder “a necessidade de uma formação profissional” para uma só especialidade; e responder a uma “demanda social” que propunha novos temas de estudo às ciências (JAPIASSU, 1976, p. 53-54).

Considerando a conjuntura da década de 1970 a 1990, do século XX, no Brasil, há que se considerar a importância das demandas acima como uma necessidade de responder aos fragmentos, especializações dos estudos científicos para uma compreensão e respostas às expressões da questão social de forma que as disciplinas científicas pudessem dialogar e interagir em cooperação e colaboração dando novas respostas à sociedade, oportunizando a superação do isolamento entre disciplinas.

Na pesquisa acadêmica, a Interdisciplinaridade vai apresentar-se como uma necessidade de se opor a um tipo “tradicional do saber”, que compartimentaliza os conhecimentos científicos fazendo com que a mesma se afirme como uma “reflexão epistemológica sobre a divisão do saber em disciplinas para extrair suas relações de

interdependências e de conexões recíprocas” (JAPIASSU, 1976, p. 54). Assim, a Interdisciplinaridade se apresentaria como uma necessidade de trocas entre as especificidades e como uma integração entre disciplinas.

1.2 A INTERDISCIPLINARIDADE, A MULTIDISCIPLINARIDADE E A TRANSDISCIPLINARIDADE

Propomos trabalhar alguns conceitos do que se compreende por Interdisciplinaridade e a sua relação com a Multidisciplinaridade ou Pluridisciplinaridade e Transdisciplinaridade. Alguns conceitos ligados à filosofia do sujeito e ao campo da pós-modernidade⁴ consideram a Interdisciplinaridade como uma ponte entre as fronteiras das disciplinas, pontes que proporcionam interações, incorporam conhecimentos de outras disciplinas absorvendo outros instrumentos e métodos, que levam os conhecimentos específicos a integrarem-se e convergirem, resultando na Interdisciplinaridade.

Nosso enfoque sobre Interdisciplinaridade será de que a mesma precisa ser pensada a partir de uma totalidade histórica (crítica histórico-dialética), onde são necessárias condições objetivas, sociais e históricas para o seu desenvolvimento. Não há como determinar uma forma do interdisciplinar, visto que ela se desenvolve em particularidades da história social, na materialidade, não é conhecimento absoluto, mas princípio norteador a uma realidade (JANTSCH; BIANCHETTI, 1995).

Portanto, são várias as análises sobre o conceito de Interdisciplinaridade, estudá-la exige trabalhar algumas outras concepções importantes, exige discorrer sobre algumas formas de apreensão de outras perspectivas vinculadas a ela, como a Multidisciplinaridade ou Pluridisciplinaridade e a Transdisciplinaridade. O exame de tais concepções será necessário para chegar ao que seria uma aproximação ou consenso sobre a Interdisciplinaridade. As definições destas perspectivas que são teorizadas na segunda metade do século XX exigem refletir a Interdisciplinaridade no campo do conhecimento da ação, no concreto vivido, que busca por transformações sociais.

O final do século XIX e início do XX foram marcados pela criação de uma “variedade de disciplinas que se enriqueceram quase que independentemente umas

⁴ Pós-modernidade: “linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão”. Ver EAGLETON, Terry. As Ilusões do Pós-Modernismo.

das outras”, mas também surgiram reflexões sobre a necessidade de um saber essencial e comum sobre a realidade, “homens de ciência e os filósofos do conhecimento passaram a considerar a unidade essencial de vários campos e objetos da ciência”, abrindo caminho ao estudo da Interdisciplinaridade (UNESCO, 1986, p. 02).

Iniciamos nossa breve revisão pelas intensas discussões sobre Interdisciplinaridade a partir da década de 1960, do século XX, que culminou com o seminário na França sobre a mesma em setembro de 1970. Foi realizado em Nice, com a participação de Universidades que representavam países como França, Alemanha, Suíça, Áustria que pesquisavam a Interdisciplinaridade na época.

O seminário propiciava o debate sobre conceitos e significados da Interdisciplinaridade e foi organizado pela CERI (Centre pour la Recherche et l'Enseignement), com a colaboração do Ministério Francês da Educação Nacional e gerou um Relatório que foi publicado pela OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), em 1972, com o título *L'interdisciplinarité: problèmes l'enseignement et de recherche dans les universités* (Interdisciplinaridade: problemas de ensino e pesquisa nas Universidades) (JAPIASSU, 1976).

O Relatório foi analisado por Japiassu (1976), que foi um dos precursores sobre os debates da interdisciplinaridade no Brasil, e dispôs suas principais conclusões referindo-se aos principais autores do Relatório: “G. Michaud, (França), H. Keckhausen (Alemanha), J. Piaget (Suíça) e E. Jantsch (Áustria)” (JAPIASSU, 1976, p. 77). As principais discussões do Relatório foram sobre os tipos e formas possíveis da Interdisciplinaridade no campo da epistemologia, ensino e pesquisa das disciplinas acadêmicas, porém, importa dizer que Japiassu (1976) resume os tipos de Interdisciplinaridade apresentados no Relatório em dois: Interdisciplinaridade Linear e Interdisciplinaridade Estrutural.

A primeira um tipo de pluridisciplinaridade que permitiria uma troca de informações entre disciplinas. A segunda, um processo integrativo que implica um diálogo em igualdade. Assim, Japiassu (1976) apresenta uma discussão que sugere uma evolução nas trocas de informações que culminam com métodos comuns e novas disciplinas como a bioquímica e a geopolítica.

Esse movimento de integração entre as Ciências cresceu e culminou em concepções sobre um tipo de conhecimento que une, integra e converge as especializações. Isso requer refletir a totalidade e o campo das relações sociais e

das contradições da sociedade capitalista, na qual transitam os conhecimentos disciplinares. Temos que considerar que os conceitos sobre a Interdisciplinaridade não são uníssonos, e, portanto, possuem contradições que passam, também, por campos que envolvem reflexões históricas, políticas, teóricas, metodológicas, epistemológicas e da prática profissional.

É importante registrar que a concepção de Interdisciplinaridade é produzida no seio de um movimento histórico de crise de paradigmas das ciências sociais que: criticava as excessivas especializações da produção do conhecimento; que procurava responder a uma exigência do mercado industrial que buscava fazer avançar as indústrias unindo profissionais e cientistas de diferentes especialidades no objetivo comum do aumento da produção e melhor exploração da força de trabalho (JANTSCH, 1995); e que a partir da década de 1970 a crise impulsionou novas reflexões teóricas de interpretação do real, exemplo, o que chamou-se de “crise do marxismo” e a falência do “socialismo real” (NETTO, 1991).

Refletimos, assim, que discutir a Interdisciplinaridade passa por diferentes visões sociais de mundo, ideologias que respondem a interesses de classes e determinadas realidades sociais (LOWY, 1994). Incluindo-se a reflexão de que a Interdisciplinaridade, também, relaciona-se a um processo de divisão social e técnica do trabalho que possui poder ideológico (SEVERINO, 2002).

Deste modo, apresentaremos algumas conceituações da perspectiva de Interdisciplinaridade por diferentes concepções teóricas. Primeiro, podemos dizer “eu não sei como se faz interdisciplinaridade”. Queremos apenas “desenvolver perante vós um esforço explicativo capaz de permitir compreender alguma coisa daquilo que se pensa sobre a interdisciplinaridade” (POMBO, 2004, p.1). Ou dizer, “a conceituação de interdisciplinaridade é, sem dúvida, uma tarefa inacabada” (SEVERINO, 2002, p. 11). Portanto, se ainda é tarefa inacabada no campo da epistemologia, ensino e pesquisa, concluímos que no campo da ação e prática profissional, constitui-se um desafio constante.

Existe uma grande dificuldade de estabilidade sobre a definição e conceito da Interdisciplinaridade, Pombo (2008) ao investigar sobre a epistemologia da interdisciplinaridade discorre sobre o que chama de fenômeno do emprego da palavra e seu uso em variados contextos,

[...] um *contexto epistemológico*, relativo às práticas de transferência de conhecimentos entre disciplinas e seus pares. [...] *Contexto pedagógico*, ligado às questões do ensino, às práticas escolares, às transferências de conhecimentos entre professores e alunos que tem lugar no interior dos currículos escolares, dos métodos de trabalho, [...] um *contexto mediático*. A palavra interdisciplinaridade é constantemente resgatada pelos novos meios de comunicação que fazem dela uma utilização selvagem, abusiva, caricatural (POMBO, 2008, p. 10-11) (grifos do autor).

A grande dificuldade apresenta-se no uso abusivo da categoria como palavra que traduz algum tipo de relação mais próxima; e a equivocada interpretação empírica de que basta um grupo de diferentes profissionais para se formar um trabalho interdisciplinar, ou de que basta formar um grupo de pesquisa com diferentes áreas do conhecimento para se fazer interdisciplinaridade, levando-nos a uma não compreensão do que seja, exatamente, essa Interdisciplinaridade, a qual pode também ser entendida como

[...] é entendida aqui como estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exige a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando-se em comum os princípios e os conceitos fundamentais, esforçando-se para uma decodificação recíproca da significação, das diferenças e convergências desses conceitos e, assim, gerando uma fecundação e aprendizagem mútua, que não se efetua por simples adição ou mistura, mas por uma recombinação dos elementos internos (VASCONCELOS, 2002, p. 47).

Assim, refletida no campo da prática, significa dizer que práticas interdisciplinares sugerem uma democratização do conhecimento que criam novos campos teóricos e até mesmo novas disciplinas como a psicopedagogia, por exemplo.

Temos ainda outra análise permeada de contradições, a perspectiva de Interdisciplinaridade está associada, entrelaçada a outras três perspectivas: a *multidisciplinaridade* ou *pluridisciplinaridade* e a *transdisciplinaridade*. Torna-se improvável tecer concepções ou limites às suas interpretações, para tentar explicitá-las apresentamos a proposta de Pombo (2008) a partir da análise da etimologia dos prefixos multi ou pluri, inter e trans, assim, temos em sua proposta terminológica dois princípios:

[...] a) aceitar estes três prefixos: *multi* ou *pluri*, *inter* e *trans* (digo três e não quatro porque, do ponto de vista etimológico, não faz sentido distinguir entre *pluri* e *multi*) enquanto três grandes horizontes de sentido e, b) aceitá-los

como uma espécie de *continuum* que é atravessado por alguma coisa que, no seu seio, se vai desenvolvendo. Algo que é dado na sua forma mínima, naquilo que seria a *pluri* (ou *multi*) disciplinaridade, que supõe o pôr em conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista. Algo que, quando se ultrapassa essa dimensão do paralelismo, do pôr em conjunto de forma coordenada, e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, nos coloca no terreno intermédio da interdisciplinaridade. Finalmente, algo que, quando se aproximasse de um ponto de fusão, de unificação, quando fizesse desaparecer a convergência, nos permitiria passar a uma perspectiva holista e, nessa altura, nos permitiria falar enfim de transdisciplinaridade (POMBO, 2008, p.13-14) (grifos do autor).

Dessa maneira, apresentam-se como um paralelismo entre as várias disciplinas, uma justaposição que as colocam lado a lado; para, então, seguir evoluindo para uma comunicação maior entre as disciplinas, nas quais elas se confrontam, discutem, aproximam seus conhecimentos disciplinares por meio de uma interação mútua; e por fim chegar a uma ultrapassagem de barreiras que irá fundir as disciplinas em algo que transcende a todas, uma fusão. Seria, portanto, uma proposta de definir as três palavras num *continuum* de desenvolvimento, sendo que a interdisciplinaridade seria o intermédio, o intercalar dessa evolução do conhecimento – “o lugar onde se pensa hoje a condição fragmentada das ciências e onde, simultaneamente, se exprime a nossa nostalgia de um saber unificado” (POMBO, 2004, p. 15).

Vejamos outra análise sobre os conceitos de Multidisciplinaridade ou Pluridisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade. Utilizando outra concepção de Vasconcelos (2002) temos,

- Multidisciplinaridade: gama de disciplinas simultâneas, “mas sem fazer aparecer as relações existentes entre elas”. Seria uma multiprofissionalidade “onde profissionais de diferentes áreas trabalham isoladamente”;
- Pluridisciplinaridade: diferentes disciplinas em mesmo “nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações” entre si. Reuniões de equipes técnicas com diferentes profissionais “que planejam ou avaliam ações e procedimentos”;
- Interdisciplinaridade auxiliar: utiliza “contribuições de uma ou mais disciplinas para o domínio de uma disciplina específica já existente, que se posiciona como campo receptor e coordenador das demais”;

- Interdisciplinaridade: “axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas”. “Tendência à horizontalização das relações de poder”;
- Transdisciplinaridade: “coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do campo, sobre a base de uma axiomática geral compartilhada”. “Campo com autonomia teórica, disciplinar ou operativas próprias”. “Criação de um campo teórico, operacional ou disciplinar de tipo novo e mais amplo” (VASCONCELOS, 2002).

Sobre a *multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade*, temos que as concepções nos parecem as mesmas, não há avanço de fronteiras disciplinares, cada disciplina permanece isolada, sem cooperação e troca de informações profundas. São interações superficiais para o desenvolvimento de um objetivo ou finalidade.

Abrimos um parêntese para discorrer sobre a *transdisciplinaridade*, considerando a “Carta da Transdisciplinaridade”⁵ temos uma perspectiva – que para alguns significa a evolução da multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade - que nasce no campo da pós-modernidade e propõe novos valores à humanidade.

Alguns artigos da carta apresentam a visão da transdisciplinaridade como uma “nova visão da natureza da realidade”; o reconhecimento de que existem diferentes níveis de realidade, assim é permitido ir “além das disciplinas” com uma “racionalidade aberta a um novo olhar” sobre a realidade e as interações humanas e com a ecologia. Portanto, a transdisciplinaridade possui características como o *rigor* da argumentação que leva em conta todos os dados possíveis de uma análise; a *abertura* na direção de aceitar o desconhecido, o imprevisível; e a *tolerância* para reconhecer que há outras formas de conhecer as realidades diferentes das suas.

O físico Niclescu apresenta a transdisciplinaridade como um novo conhecimento que possui o desafio de mudar mentalidades e desenvolver um tipo de sociedade que salve do declínio a atual civilização e a coloca como

[...] aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p. 11).

⁵ Adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade Convento de Arrábida, Portugal, 1994. Comitê de redação: Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu.

Termo iniciado por Piaget (JAPIASSU, 1976), a transdisciplinaridade seria uma etapa superior à Interdisciplinaridade, um sistema total, sem fronteiras entre disciplinas. Essa unidade do conhecimento é representada por algumas perspectivas: novos valores para autoconhecimento da humanidade; abordagens alicerçadas na compreensão das múltiplas dimensões e complexidade da realidade; cultivo da fraternidade; são pilares a ética, estética, sensibilidade e cuidado com o corpo. Essas perspectivas levariam o homem a um novo tipo de sociedade (MORIN; NICOLESCU, 1994).

Observamos que a transdisciplinaridade é conceito estudado e praticado no campo das teorias consideradas pós-modernas, onde existe uma ruptura com a ordem temporal das coisas, onde se abandona o sentido da continuidade e memória histórica para as ideias efêmeras, fragmentárias, do caótico e descontínuas (HARVEY, 2001).

No que se refere à Interdisciplinaridade, Fazenda (1996) apresenta algumas características como a intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, o que nos faz refletir sobre a importância dos sujeitos na intensidade dessa troca e integração das disciplinas. Os sujeitos adquirem protagonismo na construção da Interdisciplinaridade, é o estar em disponibilidade e aberto à construção de algo novo, no que concorda Pombo (2004),

[...] a interdisciplinaridade se deixa pensar, não apenas na sua faceta cognitiva - sensibilidade à complexidade, capacidade para procurar mecanismos comuns, atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável - mas também em termos de atitude - curiosidade, abertura de espírito, gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum. Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo (p. 16).

Assim, estar aberto às experiências de trocas e cooperações no campo das disciplinas das profissões através dos seus sujeitos profissionais que interferem sobre a realidade social, sobre o movimento do real, também significa tomar uma atitude nesta direção.

As relações interdisciplinares sendo investigadas nos anos de 1960, na produção do conhecimento para uma intervenção na realidade, iniciam-se com

debates sobre Ciências e a multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, portanto, encontramos referências internacionais de países como França, Inglaterra e Portugal; autores como Gusdorf, Palmade, Nicolescu, Le Moigne, Piaget, Morin; e autores colaboradores de discussões e encontros da CIRET (Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares) e da UNESCO (Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas), embasados em diferentes teorias do conhecimento.

As discussões sobre a Interdisciplinaridade chegaram ao Brasil, na década de 1970 a 1990 do século XX, por meio do campo educacional, e destacaram-se em autores como Japiassu, Fazenda, Jantsch e Bianchetti. Vejamos alguns exemplos, Japiassu introduz uma reflexão sobre as concepções de Interdisciplinaridade resultantes do Congresso de Nice na França em 1969 no campo temático da epistemologia e filosofia (JAPIASSU, 1976); e Fazenda (1996) no campo pedagógico da educação, ambos guiados pela filosofia do sujeito⁶. Jantsch e Bianchetti (1995), irão para o campo dos modos de produção histórica para discutir a Interdisciplinaridade como produto histórico, criticando concepções a-históricas, e defendendo uma concepção dialética ou histórica da produção do conhecimento dando atenção à relação entre objeto e sujeito, uma vez que esses não são autônomos, implicam uma relação (JANTSCH, 1995).

Apresentamos essas diferenças para observar que a Interdisciplinaridade se coloca necessária na produção do conhecimento como caráter dialético da realidade social (FRIGOTTO, 2008); sendo a realidade una e múltipla, sua apreensão pelo pensamento exige revelar limites reais e históricos dos sujeitos envolvidos e a singularidade de cada realidade, nessa busca por uma totalidade de conhecimento. Porém, não podemos ignorar uma produção que avançou considerando a Interdisciplinaridade como produção dos sujeitos.

Também, para analisar os conceitos contemporâneos sobre as perspectivas da multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no estudo sobre as relações entre as disciplinas profissionais, torna-se necessário:

⁶ Filosofia do sujeito: ver JANTSCH e BIANCHETTI, 1995. Teoria sobre a realidade fundamentada numa perspectiva vinculada à filosofia idealista, sugere a autonomia das ideias, e a autonomia do sujeito pensante sobre o objeto.

Uma das questões que se coloca para discussão é a das diferenças de fundo entre os conceitos de disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. É preciso identificar, conceitualmente, as diferenças entre eles. A ideia de integração e de totalidade que aparentemente perpassa estes conceitos tem referenciais teórico-filosóficos diferentes e inconciliáveis. Uma organização do ensino interdisciplinar é diferente da organização multidisciplinar ou transdisciplinar e muito diferente da organização de ensino disciplinar (PIRES, 1998, p. 176).

A diferença de fundo entre os conceitos passam por diferentes campos do conhecimento, sendo que a fragmentação da Ciência provocou um isolamento entre as disciplinas, uma excessiva especialização, esse isolamento passou a ser questionado. Inegável o que foi conquistado por meio das disciplinas, inegável suas contribuições para o avanço do conhecimento. Porém, passava-se a uma reflexão de que unir novamente era algo inadiável. Todavia, aparece um desafio no campo teórico, o desafio de referenciais teórico-filosóficos, e incluimos, também, o desafio no campo ideológico.

Dessa forma, considerando-se que a ideologia é uma “certa forma de pensar” sobre a realidade que nos cerca (LOWY, 1994), refletimos que a Interdisciplinaridade como conceito e prática será direcionada conforme as teorias utilizadas para embasá-la. Significa, então, que na prática profissional será utilizada conforme os embasamentos teóricos adotados pelos profissionais em interação no espaço de trabalho.

Assim, na área das Ciências, podemos dizer que os cientistas e profissionais se apropriarão do uso da Interdisciplinaridade de acordo com as representações teóricas e ídeo-políticas que adotarem à sua produção de conhecimento. Por isso, esclarecemos que neste trabalho seguiremos um raciocínio que se apropriará da Interdisciplinaridade pelo viés de uma crítica-dialética, refletindo a mesma como uma práxis política no campo das Ciências Sociais. Portanto, é inevitável a compreensão de que as ideologias exercem um papel no processo histórico do conhecimento (LOWY, 1994). Também, exercem papel fundamental nas concepções de Interdisciplinaridade aplicada à realidade social.

Segundo o debate da UNESCO (1985), realizado em um simpósio internacional na metade da década de 1980, sobre os fundamentos da Interdisciplinaridade, constatou-se que:

O século XIX e início do século XX foram marcados pelo aprofundamento, diversificação e especialização cada vez mais das áreas do pensamento. Eles mostraram uma variedade de disciplinas que se enriqueceram quase independentemente umas das outras e foram divididas às vezes em subdisciplinas claramente compartimentadas. No século XX, especialmente na sua segunda metade, as descobertas unificadoras da ciência, já iniciada no século passado, o desenvolvimento da epistemologia e limites sendo quebrados e impostos pela complexidade das áreas têm cada vez levado os homens da ciência e filósofos do conhecimento a considerar a unidade essencial de diversas áreas e objetos da ciência. Esta crença na unidade ontológica da ciência tornou-se uma convicção cada vez mais profunda, que é a base epistemológica da interdisciplinaridade (UNESCO, 1985, p. 01).

Portanto, as partes compartimentadas das Ciências viram uma necessidade de abertura, trocas, eliminar barreiras entre disciplinas; e a necessidade de um novo tipo de pensamento, construindo algo novo sob a forma da integração, unidade.

Segundo Fazenda (1994) o debate sobre Interdisciplinaridade surge a partir dos anos de 1930 em países europeus, como um questionamento sobre a epistemologia das Ciências e a excessiva especialização do saber. Assim, Fazenda (2012) discorre sobre a Interdisciplinaridade contextualizando-a em uma crise de paradigmas da Ciência Moderna, dividindo este movimento histórico de busca de uma perspectiva de interdisciplinaridade em três décadas: 1970, 1980 e 1990. Traça o seguinte perfil para esse movimento: “1970 – em busca de uma explicitação filosófica; 1980 - em busca de uma diretriz sociológica; 1990 - em busca de um projeto antropológico” (FAZENDA, 2012, p. 17).

A mesma autora traduz um movimento que em síntese procurava, respectivamente, definir, explicitar um método e construir uma teoria para Interdisciplinaridade. Logo, também, é de suma importância refletir o movimento na realidade contemporânea do início do século XXI. O debate aprofundou as reflexões envolvendo as definições de multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Passando-se a considerar o tema como um novo campo de pesquisa científica da área das Ciências Sociais e Humanas. As três passaram a serem consideradas novas abordagens com diferentes finalidades no campo da pesquisa e da prática (NICOLESCU, 1999).

Esta problematização sobre a criação de conceitos para a multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, leva a discussão para o campo da ontologia do saber, da epistemologia, uma exigência à totalidade, ao entendimento que os saberes dialogam, se comunicam.

Explicitaremos algumas outras definições conceituais:

A pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo [...].

A interdisciplinaridade tem uma ambição diferente daquela da pluridisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra [...].

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p.10-11).

Estas definições surgem durante amplos debates na metade do século XX, quando se considerava a existência de uma crise da Ciência Moderna ou crise de paradigmas da modernidade. Quando conceitos e pressupostos metodológicos da Ciência Moderna eram questionados nas suas grandes referências teóricas: o positivismo, o funcionalismo e o marxismo.

Analisar na perspectiva crítica-dialética o viés destes fundamentos significa tratar a Interdisciplinaridade dentro do tecido histórico que produz o conhecimento, é considerar além da capacidade de integrar, reunir, fundir as dimensões particulares de uma intervenção harmônica, há que se considerar as mediações constituintes da base histórico-social destas relações e superar um processo histórico através de uma práxis revolucionária. Nossa tentativa de aprofundamento teórico buscará uma compreensão da Interdisciplinaridade baseada na perspectiva dialética como produção de conhecimento necessário da realidade, considerando que esta realidade, una e múltipla, deve ser conhecida por meio de suas mediações e determinações múltiplas.

Verificamos as considerações de Pires (1998) que ao falar da definição de Interdisciplinaridade no campo do Ensino, constatou que as discussões sobre a Interdisciplinaridade tomaram proporção com o movimento revolucionário de estudantes universitários na Europa e na América Latina no final dos anos setenta do século XX. Era o movimento de reorganização do ensino universitário e a crítica à sociedade capitalista:

As instituições responderam a algumas exigências do movimento estudantil iniciando a busca de novos pressupostos que levaram a modificações estruturais e curriculares. A interdisciplinaridade apareceu, então, para promover a superação da super especialização e da desarticulação teoria e prática, como alternativa à disciplinaridade. Já aqui percebe-se que as

discussões acerca da interdisciplinaridade têm inspiração na crítica à organização social capitalista, à divisão social do trabalho e a busca da formação integral do gênero humano (PIRES, 1998, p. 177).

Portanto, refletir a Interdisciplinaridade no campo do saber prático é pensá-la como uma ação no concreto vivido e envolvê-la na construção das transformações sociais. Não a considerando apenas como um conceito teórico, mas uma forma de exercício prático da ação profissional.

Japiassu (1976) ressalta que ainda está por ser construída uma teoria do interdisciplinar, em suma relata que, a interdisciplinaridade não é apenas um conceito teórico, cada vez mais parece impor-se como uma prática. Logo, Japiassu (1976) escreve sobre a interdisciplinaridade na década de 1970, e, ainda hoje, parece atual a sua reflexão ao dizer que ela aparece como “uma prática individual”, uma espécie de desejo pelo diferente, uma curiosidade subjetiva e uma intenção de abertura; e ao dizer que ela aparece como “uma prática coletiva”, significa dizer uma prática onde todos devem estar abertos ao diálogo entre diferentes disciplinas.

1.3 INTERDISCIPLINARIDADE, PROFISSÕES E EMANCIPAÇÃO HUMANA

A interação entre profissões levanta uma questão que vai além da Interdisciplinaridade, requer uma análise sociológica das profissões, algo que não conseguiremos realizar neste trabalho. Contudo, apresentamos um desdobramento de uma reflexão que nos leva a uma análise sobre a produção dos conhecimentos específicos que originaram as mesmas. E que por sua vez leva-nos a um estudo sobre as disciplinas das ciências e mostra-nos a necessidade de compreender os domínios do conhecimento científico, seus limites e natureza. Sendo a Epistemologia uma “filosofia das ciências” que se preocupa em conhecer as disciplinas das ciências, a mesma nos possibilita “estudar a gênese e a estrutura dos conhecimentos científicos” (JAPIASSU, 1992, p. 38-40).

E ao estudar a produção de conhecimentos e

[...] como as ciências nascem e evoluem em circunstâncias históricas bem determinadas, cabe à epistemologia perguntar-se pelas relações existentes entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as instituições científicas, entre as diversas ciências, etc. (JAPIASSU, 1992, p. 39).

Desse modo, torna-se necessária a apreensão desse lugar de encontro entre profissões, uma vez que o exercício, a prática de uma determinada profissão envolve “[...] um saber ser ético, um saber fazer e um saber pensar com teorias, processos e resultados socialmente aceitos” (FALEIROS, 2013, p. 240), leva-nos à tentativa de compreensão do motivo de tais profissões serem inseridas ou chamadas pelo Estado a atuarem, por exemplo, em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Analisando melhor esse lugar de encontro, o diálogo e a possibilidade de interação entre as disciplinas profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia - considerando que o campo de uma ação profissional é mediatizado pelo conhecimento adquirido pela profissão para a intervenção na realidade – temos que o encontro perpassa pela *ação* e essa, pode ser *uno*, especializada, mas estará sempre relacionada ao *múltiplo*, a outros conhecimentos.

Essa análise nos leva a outra: sobre a produção dos conhecimentos específicos que originaram as profissões. Um desdobramento pontual neste trabalho sobre o campo sociológico das profissões. Temos, então, que como uma práxis política que “pressupõe a participação de amplos setores da sociedade”, as profissões podem desenvolver atividades transformadoras (VÁZQUEZ, 2011).

[...] compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum (MANNHEIM, 1986, p. 31).

Conseqüentemente, o pensamento de uma “práxis” pode ser refletido na intervenção de homens e mulheres que pertencem a *corpus* de profissões. Considerando, ainda, que a abordagem da Sociologia do Conhecimento possibilita problematizar como os indivíduos, ou sujeitos dessas profissões, falam e pensam a linguagem de seus grupos (MANNHEIM, 1986).

Discorrer, portanto, sobre esse campo de relações entre profissões nos leva compreender que por meio da história social das mesmas é importante saber como tem se realizado essas relações em espaços de trabalho profissional, e mais, quais as formas que as mesmas encontram para sua intervenção nesse espaço, e as

formas que encontram para trocar informações, para comunicar-se, para interagir sob o olhar de uma perspectiva da Interdisciplinaridade.

Desta forma, considerando a análise sociológica das profissões temos.

As novas orientações de investigação sociológica, tanto europeias como anglo-americanas, admitem uma diversidade de noções, que, contudo, mantêm alguns traços comuns – referência a um domínio científico e correspondente posse de conhecimentos científicos e técnicos, obtidos após uma longa formação acadêmica, autonomia profissional, identidade própria e associações de pares (GONÇALVES, 2008, p. 190).

Essa linha de pensamento possibilitará analisar melhor o encontro, o diálogo e a possibilidade de convergência entre os conhecimentos profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia.

Falar em profissões exige considerar os vários desdobramentos dos significados ou conceitos da Interdisciplinaridade e relacioná-los ao campo das formações profissionais, mas por hora, observamos somente que esse espaço de trabalho de encontro entre profissões exige refletir sobre os processos de suas formações que se articulam com a expansão da sociedade capitalista (GONÇALVES, 2008) e, portanto, é permeado por relações de poder que podem ou não dificultar a prática da Interdisciplinaridade entre elas.

Assim, a compreensão da prática profissional que se concretiza em um espaço de trabalho, leva-nos a essa interação entre as disciplinas interventivas da realidade, o diálogo que surge, a flexibilização no campo do conhecimento que afeta as intervenções dos sujeitos nesse espaço. O que há nesse espaço e o que significa para as profissões transitar por ele.

[...] transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer (RODRIGUES ON, 2001, p. 156).

Logo, transitar pelo espaço da diferença significa considerar o espaço público onde disciplinas profissionais se encontram e interagem seus conhecimentos durante suas intervenções na realidade. Esse é um espaço do Estado, no caso desta dissertação, a Política Pública de Assistência Social que oferece a

possibilidade de Interdisciplinaridade e que possui uma relação que implica saber e poder institucional.

Incorporar esse conhecimento de Interdisciplinaridade à prática profissional requer analisar essa relação e encontro com outras disciplinas profissionais.

[...] trata-se de exigência absolutamente fundamental e diretamente relacionada à concepção de saber como espaço do múltiplo, do encontro dos signos, além de alimentada também por uma nova concepção de profissionais. Nossas formações profissionais básicas não devem nos dividir, mas, pelo contrário, nos proporcionar os fundamentos para a construção do saber coletivo (MARTINELLI, 2001, p. 149).

Temos, assim, que as formações profissionais e suas intervenções na realidade social revelam indeterminações sobre o *fazer-com-o-outro*, sobre o interagir e agir interdisciplinarmente. É este encontro ou relação que nos faz analisar o conhecimento da Interdisciplinaridade aplicado a um espaço público neste trabalho.

Consequentemente, incorporar o conhecimento de Interdisciplinaridade a uma Práxis profissional levará a uma breve reflexão sobre Práxis⁷. “Referimo-nos, portanto, à atividade prática social, transformadora, que responde a necessidades práticas e implica certo grau de conhecimento da realidade que transforma e das necessidades que satisfaz” (VÁZQUEZ, 2011, p. 260). Dessarte, nossa reflexão é sobre um tipo de práxis política em que o homem é sujeito e objeto de sua práxis, atuando sobre si mesmo e transformando-se como ser social, “por isso destinado a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais”; e sendo transformadora, age sobre a plena emancipação humana por meio de uma participação política na sociedade. Uma prática emancipatória de um homem consciente de si que “humaniza os objetos e humaniza a si mesmo” libertando-se de opressões (VÁZQUEZ, 2011, p. 232-234).

Refletida a práxis como emancipação humana, temos um exercício profissional que por meio da Interdisciplinaridade aproxima diferentes conhecimentos disciplinares separados pelas especializações das ciências. Implica dizer, então, que há uma intencionalidade e uma finalidade às práticas interdisciplinares, e isso nos leva ao campo da Ética.

⁷ A práxis é conceito amplo e complexo, não teremos espaço para explicitá-la neste trabalho, sugerimos a leitura de VÁZQUEZ (2011) em Filosofia da Práxis.

Acrescentando a reflexão de uma finalidade ética e política para a Interdisciplinaridade por meio da práxis profissional caminhamos por uma concepção de que

Projetar ações, orientando-as para a objetivação de valores e finalidades, é parte da práxis. Afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes (BARROCO, 2007, p. 65).

Significa que a finalidade da “práxis” deverá ser o caráter coletivo que atenda necessidades sociais com “desdobramentos éticos e políticos” para o coletivo, ou seja, por meio da Interdisciplinaridade, consenso e coesão, são necessários para unir profissionais em torno de valores e finalidades comuns no atendimento de necessidades humanas e sociais (BARROCO, 2007).

Assim, aproximação e interação entre profissões ou disciplinas científicas visam alcançar e atender as demandas de necessidades humanas geradas pelas expressões da questão social, fundadas nas desigualdades e divisão de classes sociais em disputa no modo de produção capitalista.

Dessa maneira, ao atender demandas sociais de um espaço de trabalho, os profissionais atendem necessidades de indivíduos, famílias e comunidades, esse atendimento tem a finalidade de satisfazer uma necessidade humana, em se tratando do espaço de trabalho de uma Política Pública de Assistência Social.

Esse atendimento é referenciado por concepções teórico-metodológicas e ideológicas que podem levar ou não à essência da realidade que se apresenta como demanda aos profissionais. Destarte, caminhamos para uma reflexão de que o exercício da Interdisciplinaridade requer uma convergência comum na direção de um homem, uma mulher e uma sociedade emancipados, com plenos direitos em todas as esferas da vida humana, seja a saúde, educação, alimentação, assistência social, etc.

Consideramos, então, que as profissões em práticas interdisciplinares adquirem uma finalidade ético-política, é a *emancipação humana* como uma finalidade da Interdisciplinaridade. Significa dizer que disciplinas científicas exercem papel ou protagonismo fundamental na “construção de uma concepção do mundo” (COUTINHO, 2010, p. 96) que leva a uma práxis política.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELÉM

“O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício”.

(C. Wright Mills)

Refletir sobre o lugar onde as profissionais entrevistadas⁸ exercem o seu cotidiano profissional faz-se necessário para a compreensão das relações entre profissões e as possibilidades de perspectiva de Interdisciplinaridade a serem aprofundadas no capítulo III, deste estudo. Assim, verificamos a necessidade de refletir sobre a Política de Assistência Social de forma introdutória para contextualizar a particularidade dos CREAS do município de Belém.

Neste capítulo serão tratados alguns dados informativos sobre o Sistema Único de Assistência Social e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social-CREAS em Belém; também iremos discorrer sobre o trabalho dos profissionais nesse espaço de trabalho, buscando contextualizar a atuação profissional nos espaços dos CREAS.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS CREAS EM BELÉM-PARÁ

A década de 1930 marca o início do processo de industrialização da sociedade brasileira na região sudeste do país, registrando a definitiva entrada do Brasil na ordem social do capital (FERNANDEZ, 1976). Esse período marcou o início do processo de implementação das políticas sociais no Brasil, originadas tanto pela pressão da classe trabalhadora e assalariada, quanto pelas estratégias de dominação da classe dominante. Nesse sentido verifica-se que

[...] a pressão pela ampliação da cidadania social torna necessário algo como uma renegociação periódica de um contrato social, através do qual o Estado procura a integração e mobilização controladas dos trabalhadores urbanos pela incorporação progressiva e falsificação burocrática de suas reivindicações e aspirações. A paz social do Estado corporativo pressupõe, assim, o surgimento constante de novas instituições – Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência Social etc. – que aparecem em conjunturas determinadas como respostas ao desenvolvimento real e

⁸ Referência ao gênero feminino por serem as profissionais entrevistadas dos CREAS mulheres.

potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção que atinjam o equilíbrio das relações de forças. O desenvolvimento da Legislação Sindical e as Instituições de Previdência e Assistência Social são ilustrativas desse processo” (IAMAMOTO, 1998, p. 239).

Um breve histórico para dizer que as instituições de assistência social em sua criação buscavam o controle da população urbana sob o direcionamento da classe que detinha, à época, o controle do capital, cujo interesse era acumulação e controle das forças de trabalho (Idem). Foram criadas várias instituições sociais, cujos processos não cabem detalhar aqui, mas esta reflexão permite compreender a criação das condições para o surgimento de um mercado de trabalho para o campo das profissões de cunho social (IAMAMOTO, 1998) no Brasil.

Nesse contexto dá-se início à institucionalização da Assistência Social pública em âmbito nacional. A mesma foi se constituindo, no Brasil, como um instrumento do Estado de enfrentamento às expressões da questão social brasileira. Foi se instituindo com uma aparência de ações compensatórias da pobreza e das desigualdades sociais, “cria organismos responsáveis pela prestação de serviços destinados aos trabalhadores identificados como pobres, carentes, desamparados” (SPOSATI, 1998, p. 28).

Importante destacar que o entendimento sobre a “questão social” aqui adotado é baseado na crítica dialética, compreendida como uma categoria resultante da contradição capital/trabalho, sendo expressão constitutiva das contradições presentes na sociedade capitalista contemporânea e que se expressam por meio de desigualdades sociais e pauperizações. Portanto, as expressões da questão social apresentam suas formas na produção e reprodução sociais do capitalismo (BEHRING e SANTOS, 2009).

A assistência social vai atender às necessidades emergentes ou permanentes constantes e decorrentes de problemas pessoais ou de problemas sociais estruturais de uma parcela da população. Nesse sentido a assistência social é uma política que vai dar a medida do compromisso social do Estado (YAZBEK, 2004).

Esta política nasce na realidade brasileira com uma matriz de “favor” que a caracterizou, por muitas décadas, como uma política clientelista e secundária ante outras políticas sociais. Somente a partir da implementação da Constituição Federal de 1988 e da implementação da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 ela

ganha novo “status” como “campo da Seguridade Social e da Proteção Social Pública”, passando a ser considerada como uma política de direito não-contributivo (COUTO, 2012, p. 56).

Porém, ao mesmo tempo em que passa a ser organizada como direito social, na conjuntura da década de 1990 do século passado, o Estado brasileiro adota as políticas econômicas neoliberais, passando a desarticular algumas conquistas da política de assistência pós Constituição Federal (CF) e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Entre resistências e mobilizações contra a perda de direitos nos anos 1990, em 2003, é realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que viria fortalecer as diretrizes da LOAS/93 e os princípios da CF/88, concretizando o entendimento de que como política social a Assistência Social é direito de cidadania e responsabilidade do Estado brasileiro, devendo esse criar um modelo de gestão compartilhada para todos os Estados brasileiros como um pacto federativo na gestão da Política Nacional da Assistência Social-PNAS (COUTO, 2012).

Assim, no ano de 2004, a PNAS vai organizar a assistência social na direção da implementação do Sistema Único da Assistência Social-SUAS, um sistema descentralizado e participativo inserido no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS (PNAS, 2004) para todo o território nacional. Instituído o SUAS, a sua lógica de gestão governamental visa garantir seguranças de sobrevivência, acolhida e convivência familiar; ele passa a regular e organizar as ações socioassistenciais, virando lei institucional que altera a organização da LOAS, lei do SUAS de nº 12.435, em 2011.

Organizada a assistência social como proteção social de garantia de direitos, a mesma é dividida como Proteção Social Básica-PSB e Proteção Social Especial-PSE; constitui como público principal “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos” (PNAS, 2004, p. 33) originados pelas manifestações da questão social.

A Proteção Social Básica (PSB) vai desenvolver um trabalho social de prevenção na política de assistência básica tendo como objetivos: “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Vai atender uma população de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência que a normativa caracteriza como uma população que “vive em situação de

vulnerabilidade social” originadas pela “pobreza, privação e fragilização de vínculos afetivos” (PNAS. 2004, p. 33).

Os serviços sociais oferecidos pela PSB são executados pelos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, que são unidades públicas de trabalho e inclusão social localizadas em bairros de territórios considerados áreas de riscos e vulnerabilidades sociais.

A Proteção Social Especial (PSE) é

[...] destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p. 37).

Nesse nível de proteção são oferecidos serviços especializados às pessoas que vivenciam direitos violados e ameaçados por motivo de expressões da questão social que geram violências diversas, como as citadas acima. Iremos nos deter um pouco mais neste nível de proteção, pois nela encontramos o CREAS, espaço de trabalho em que realizamos este estudo. Esta PSE foi cindida em dois eixos de atuação: a PSE de Média complexidade e a PSE de Alta Complexidade.

A PSE de Alta Complexidade é destinada a proteção integral, com moradia, alimentação, higiene e trabalho protegido, por motivo de abrigo, resultado de violências que levaram famílias e indivíduos a saírem de suas casas.

A PSE de Média Complexidade desenvolve um trabalho específico, “com maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado” (PNAS, 2004, p. 38). A sua proteção é dirigida às famílias e indivíduos em situação de direitos violados – relacionados à vivência de violência. A proteção de média complexidade tem como objetivo “garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito” (RESOLUÇÃO Nº 109, 2009, p. 19).

Os serviços dessa proteção são executados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS que é uma unidade pública de abrangência municipal ou regional onde são oferecidos os serviços especializados, ou melhor, o CREAS é a oferta pública dos serviços de média complexidade. O

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS – atualmente, extinto na conjuntura de mudança da gestão presidencial e governamental da gestão do Governo Federal brasileiro no ano de 2016, passou a ser chamado de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA - informa em seu Caderno de Guia de Orientações de 2011 que o papel e competências dos CREAS estão fundamentados

[...] em um conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a política de assistência social e regulam o SUAS. Devem, portanto, ser compreendidos a partir da definição do escopo desta política do SUAS, qual seja, afiançar seguranças socioassistenciais, na perspectiva da proteção social (BRASIL, 2011, p. 23).

Esta proteção desenvolve serviços normatizados como especializados, e conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, CNAS, 2009), são ofertados:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); público: famílias e indivíduos que vivenciam violências diversas como abuso sexual, violência doméstica, tráfico de pessoas, trabalho infantil, racismo, homofobia, e outras violências que resultem em discriminação e violação de direitos.
- Serviço Especializado em Abordagem Social; público: indivíduos e famílias que vivenciam o espaço público das ruas como moradia e sobrevivência.
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); público: adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; público: idosos e pessoas com deficiência com vivência de violências diversas.
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; público: pessoas que sobrevivem e moram nas ruas.

Contextualizada em síntese a Política de Assistência Social brasileira, consideramos importante caracterizar o município de Belém. Logo, temos uma metrópole na Amazônia que integra a Região Metropolitana de Belém – RMB, possuindo 505 km² de área, sendo 34,6% do território formado pela região continental e 65,4% correspondendo ao conjunto de 39 ilhas, dados obtidos do Plano Plurianual de Belém (PPA-PMB), para 2014 a 2017, conforme a figura 01:



Figura 1 - Mapa dos bairros de Belém
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o município apresenta um contingente populacional estimado, em 2016, de 1.446.042 habitantes distribuídos em 71 bairros compondo 08 Distritos Administrativos que funcionam como unidade de planejamento territorial, e, possui uma Área territorial (2015) de 1.059,458 km² (IBGE, 2010). Vejamos esses números e suas extensões nas figuras abaixo:

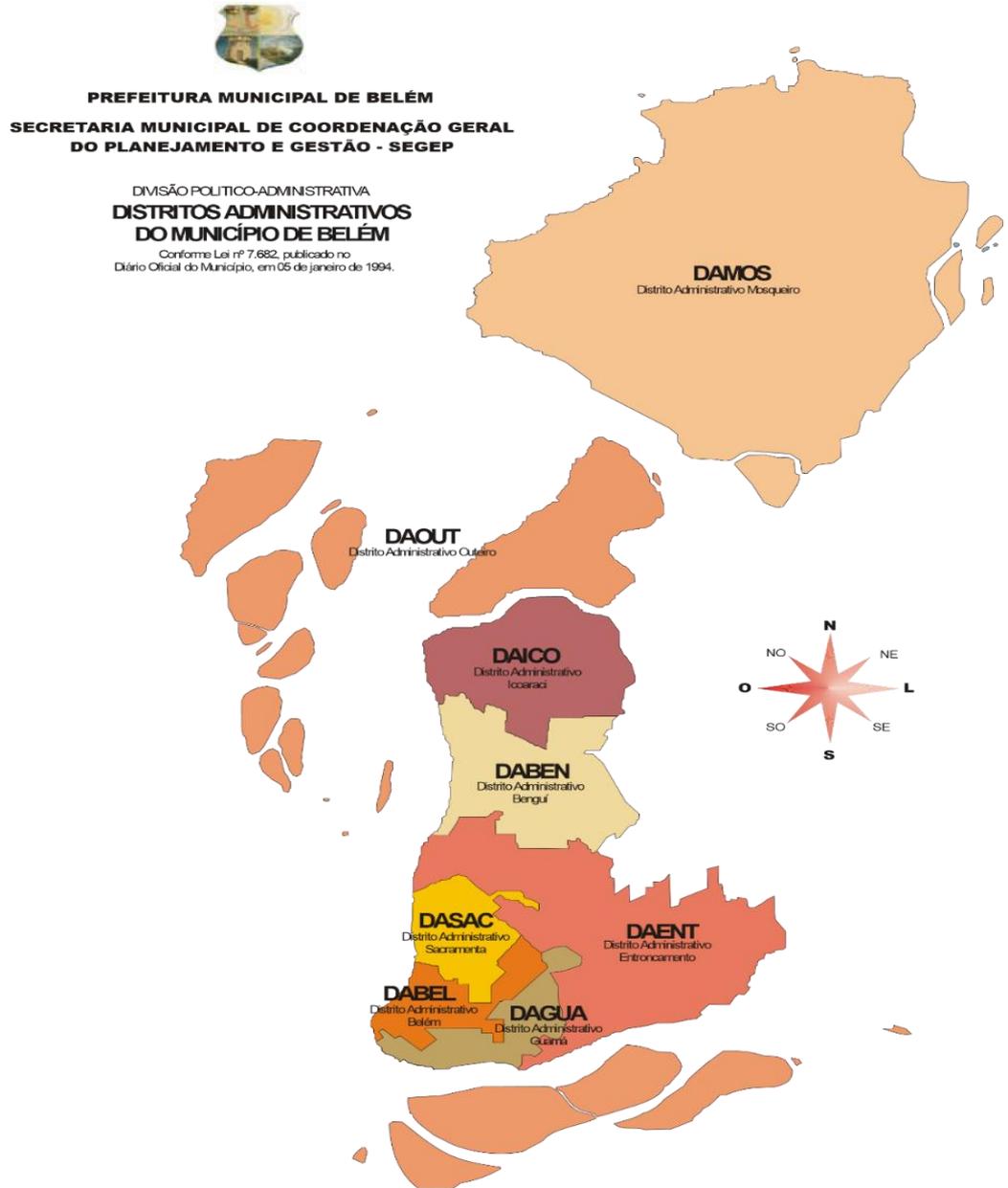


Figura 2 - Mapa da extensão territorial do município de Belém/PA, de 1999, abrangendo a divisão dos Distritos de Belém
Fonte: Base cartográfica: Cadastro Técnico Multifinalitário - PMB

Sendo um bioma amazônico, essa divisão territorial é composta por rios e ilhas inclusos nos distritos e bairros. O Censo Demográfico do IBGE de 2010 revelou algumas características urbanas preocupantes para o município, pontuaremos apenas algumas que nos levarão à compreensão do campo da política de assistência social, em Belém (IBGE, 2010):

- 215.189 domicílios particulares permanentes em áreas urbanas não possuem abastecimento de água;
- 276.296 domicílios particulares permanentes, em áreas urbanas não possuem esgotamento sanitário;
- 40,60% da população belenense vivem na incidência da pobreza;
- 352.332 moradias possuem abastecimento de água;
- 95.735 famílias possuem uma renda per capita de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010):
- O índice de desenvolvimento humano está em 0,746, ultrapassando o índice nacional de 0,727 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

Portanto, considerando a estimativa da população de 1.446.042 habitantes, os números acima revelam - mas sem aprofundar uma análise sobre os mesmos - situações de pobreza que se traduzem em situações de risco pessoal e social e que, possivelmente, serão alvo da Política de Assistência em Belém, a qual é gerenciada pela Fundação Papa João XXII – FUNPAPA, tendo como pressuposto o investimento na implantação e implementação de programas, benefícios, serviços e projetos em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, com ações articuladas nos níveis de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, recebe financiamento do Tesouro Municipal e do Fundo Nacional de Assistência Social do MDSA.

A PSB de Belém possui seus serviços executados por 12 CRAS: CRAS Aurá (Águas Lindas), CRAS Barreiro (Sacramenta), CRAS Benguí (Mangueirão), CRAS Cremação, CRAS Icoaraci, CRAS Guamá, CRAS Jurunas

CRAS Mosqueiro (Farol), CRAS Outeiro (Itaiteua), CRAS Pedreira (Aldeia Cabana), CRAS Terra Firme e CRAS Tapanã (Parque Verde).

Quanto à PSE de Média Complexidade, existem 05 CREAS em Belém: CREAS Mosqueiro (Marialva Casanova Guimarães), CREAS Comércio (Campina), CREAS Icoaraci (José Carlos Pacheco Dias), CREAS Marco (Manoel Pignatário), CREAS Campinas (Ilka Brandão).

No caso dos CREAS pesquisados, CREAS Marco e CREAS Comércio, os mesmos possuem abrangência municipal de Belém e oferecem todos os serviços que configuram a Proteção Social Especial de Média Complexidade. Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS, os municípios em gestão considerada plena, que oferecem todos os serviços, devem ter capacidade de atendimento de 80 pessoas. Belém de acordo com seu porte por número de habitantes, grande porte e metrópole, deveria ter a cada 200.000 habitantes 01 CREAS (BRASIL, 2011). A estimativa seria de 07 CREAS para Belém, porém, hoje só existem 05 CREAS.

Quanto ao espaço físico, o CREAS deve oferecer a infraestrutura adequada aos serviços oferecidos com salas para atendimentos individuais e em grupos, garantindo a acessibilidade, a privacidade e o sigilo profissional ao seu público. No caso dos dois CREAS pesquisados, o CREAS do Marco oferece esta infraestrutura física, porém, o CREAS Comércio não possui infraestrutura adequada, à época da pesquisa estava funcionando em um espaço físico de um salão dentro do CREAS Campina. Quanto aos recursos humanos a equipe de referência para municípios de grande porte, o caso de Belém, deve ser: 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 04 profissionais de nível superior ou médio e 02 auxiliares administrativos.

Segundo a RESOLUÇÃO CNAS Nº 17/2011, os profissionais reconhecidos normativamente para comporem a equipe de referência do CREAS são: Assistente Social, Psicólogo e Advogado. Todavia, outras profissões podem compor a equipe objetivando o aprimoramento e qualificação dos serviços chamados pela política de socioassistenciais, são eles: Antropólogo, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional e Musicoterapeuta. Na realidade do município de Belém as profissões de referência, com formação no ensino superior, nos CREAS pesquisados são: 02 assistentes sociais, 02 psicólogas e 02 pedagogas. Segundo a normativa essa equipe de referência

[...] deverá dispor de qualificação técnica compatível, reunindo um conjunto de conhecimentos, técnicas e habilidades condizentes com a natureza e objetivos dos serviços ofertados, bem como com as atribuições e competências do CREAS (BRASIL, 2011, p. 94).

Vemos, assim, um campo de trabalho social aos profissionais da Pedagogia, Psicologia e Serviço Social compondo a equipe básica de referência dos CREAS em Belém. Uma equipe que passará a interagir para responder a missão pública de um espaço de trabalho que requer atribuições e competências em relações profissionais. Passaremos a discorrer sobre as relações e interações desse trabalho dos profissionais de nível superior no CREAS.

2.2 O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS NO CREAS

Primeiro, iremos considerar que o espaço de trabalho na esfera pública é “determinado pela dinâmica contraditória que emerge no sistema estatal em suas relações com classes sociais” (RAICHELIS, 2009, p. 03). Isto quer dizer, que ao desenvolverem o seu trabalho na Política de Assistência Social, os sujeitos profissionais têm uma dinâmica de atividades que muitas vezes originam resultados que vão “para além do seu controle”; são requisitados por uma política que exige determinadas competências e atribuições que lhes impõe um lugar específico na divisão social e técnica do trabalho (RAICHELIS, 2009).

Segundo, incluiremos a perspectiva de interdisciplinaridade como um desafio ao exercício profissional no CREAS. Refletindo que

O SUAS garante com sua implantação a ampliação dos quadros de recursos humanos e para além desta ampliação prevê a relação entre diferentes áreas de conhecimento na perspectiva da interdisciplinaridade, dispõe e proporciona aos trabalhadores sociais um direcionamento da gestão focado, num primeiro momento, para a difusão da política e dos direitos sociais (COUTO, 2012, p. 254).

Desafio que exigirá um conhecimento crítico sobre a sua realidade objetiva de trabalho. Desafio que exige mudança nos perfis profissionais de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos para uma atuação no CREAS que requererá capacidade teórica que possibilite a convergência para objetivos comuns e coletivos dos conhecimentos disciplinares.

Ao contrário do que muitas vezes se considera, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas (RAICHELIS apud CFESS, 2009, p. 377).

A normativa que orienta a implementação do CREAS apresenta os profissionais do ensino superior que atuam nos CREAS e entre as orientações sobre suas atribuições propõe o trabalho em equipe interdisciplinar (BRASIL, 2011).

Atribuindo um caráter interdisciplinar para desenvolver o trabalho social entre os profissionais de ensino superior, levanta-se a suposição de que a formação acadêmica proporciona os fundamentos do conhecimento de atribuições e competências específicas a cada profissão, e, abre-se um amplo campo de relações no espaço de trabalho onde os profissionais passariam a ter que dialogar sobre atribuições e competências comuns ao desenvolvimento do seu trabalho no CREAS.

Discorremos, assim, que ao trabalho dos profissionais no âmbito do CREAS acrescentam-se desafios ao exercício profissional que passam pelo domínio e aprofundamento teórico acerca de suas atribuições e competências, e, ainda, ressaltamos que tais desafios se referem aos serviços que muitas vezes são prestados de forma dispersa, fragmentária e multiforme (MOTA, 2008), gerando desafios relacionados às “formas e modos de organização e das condições em que este trabalho se realiza” (COUTO, 2012, p. 81). Assim,

[...] precárias estruturas institucionais para a execução da Política, insegurança no trabalho com vínculos institucionais temporários e flexíveis, assim como fragilidade nos aportes teórico-metodológicos que subsidiam o cotidiano de trabalho (NERY, 2009, p. 247).

São realidades que trazem constantes desafios ao exercício da prática profissional dos profissionais do SUAS. Também, uma realidade social cindida em classes sociais que sob a lógica da igualdade legal e formal, escamoteia a exclusão, a alienação e a desigualdade, é também refletida na demanda dos serviços do CREAS e na atuação de seus profissionais. Desse modo, as profissões que interagem no CREAS se inserem na divisão social e técnica do trabalho, cada profissão possui competências e atribuições legalmente instituídas e normatizadas pelos seus órgãos reguladores, e, também, são atingidas pelas desigualdades e

crises do mundo do trabalho capitalista. Logo, para discorrermos sobre relações entre profissões, relações interdisciplinares, vamos analisar duas dimensões: trabalho, competências e atribuições profissionais.

-Trabalho:

Analisando a dimensão do trabalho, em Marx temos que a humanidade como ser social pensa e transforma a natureza, assim para compreender a constituição do ser como transformador necessitamos ir ao valor do Trabalho, uma vez que segundo Marx e Engels a centralidade do trabalho é a fundante na formação do ser social.

[...] temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem fazer história. Mas da vida fazem parte, sobretudo comer e beber, habitação vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos [...] (MARX; ENGELS, 1984, p. 30-31).

Assim, o homem, segundo Marx e Engels (1984), “a partir de suas bases naturais e de sua modificação ao longo da história [...]” difere-se dos animais pela consciência, pois ao começarem “a produzir os seus meios de vida [...] produzem indiretamente a sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1984, p.15).

O fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo, entrarem em determinadas relações sociais e políticas [...] A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstâncias forem e não importa de que modo e com que fim (MARX; ENGELS, 1984, p. 21).

Portanto, os homens por meio do trabalho produzem as suas condições reais de existência na história e ao se agruparem coletivamente, mantendo a sua existência por meio do trabalho, também produzem relações entre si, as relações sociais, relações que geram linguagem e comunicação, tornando os homens seres

com consciência de si ou para-si; tornando o homem ser social na totalidade da sua realidade singular.

Ponderamos, então sobre o valor-trabalho em Marx, sendo o trabalho a fonte da riqueza do capital, esse trabalho já é precarizado,

Contudo, a realidade do CREAS apresenta relações que mostram uma forma desse trabalho precarizado, impedindo o pleno desenvolvimento do ser social. Aprofundaremos esta reflexão na análise dos resultados do capítulo III.

-Competências e Atribuições:

Passemos à dimensão das competências e atribuições profissionais que habilitam o desenvolvimento de um trabalho em qualquer campo de atuação profissional, porém, cada campo de intervenção também apresenta especificidades de acordo com as demandas atendidas. Assim, temos um CREAS que para atender sua demanda institui uma equipe interdisciplinar que a princípio parecem ter as mesmas atribuições e competências, segundo a normativa do serviço. Essa equipe é composta por assistente social, pedagogo e psicólogo, portanto, cada profissão possui suas competências e atribuições específicas que foram construídas em processos históricos diferentes no âmbito das políticas sociais e de acordo com a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

Os Conselhos profissionais dos psicólogos e assistentes sociais desenvolveram parâmetros para a atuação dos seus profissionais na política de assistência social, esses são fundamentados nos códigos de ética da Psicologia e do Serviço Social. Observamos que não existem parâmetros normativos para a Pedagogia, possivelmente pela ausência de Conselho profissional regulamentador.

Desse modo, compreender e discorrer sobre algumas atribuições e competências comuns que requerem a utilização de instrumentais técnicos comuns e específicos a cada situação social a ser enfrentada pelos profissionais seguindo a perspectiva da interdisciplinaridade é relevante no campo do trabalho social.

No campo da educação temos um autor que irá trabalhar o tema do desenvolvimento de competências como uma lógica para se alcançar a interdisciplinaridade. Perrenoud, ao discorrer sobre dez novas competências para uma nova profissão (1999), nos dirá que é necessário desenvolver novas competências profissionais para além do que aprendemos na nossa formação acadêmica, por exemplo, cita o trabalho em equipe; o saber enfrentar os dilemas

éticos da profissão; e gerar sua própria formação contínua como novas competências necessárias aos profissionais.

Dessa forma, o trabalho interdisciplinar pressupõe um objeto comum de intervenção, e para definir o objeto de intervenção comum ao trabalho social no CREAS, são necessárias intencionalidade e instrumentação baseadas em métodos teóricos. Isso posto, partindo da consideração de que um profissional competente é, para além de atribuições específicas das profissões:

[...] é esse cidadão que é capaz de intervir na sociedade para sua mudança, sua transformação. Competente é aquele profissional que tem uma visão ética da sociedade: combatendo a corrupção, o individualismo e lutando pela justiça, pela solidariedade (WANDERLEY, 1986, p. 15).

É o desenvolvimento de uma “práxis” que exige dos sujeitos profissionais um tipo de olhar comum sobre seu objeto de intervenção que seja um olhar geral e coletivo em uma “práxis” que objetiva a mudança da sociedade atual. É fato que as academias proporcionam os conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento da prática profissional em qualquer área de intervenção, todas as formações possuem dimensões teóricas, metodológicas, éticas e políticas que irão nortear o trabalho profissional.

Não aprofundaremos o campo formativo das profissões nas academias. Todavia ao desenvolver um trabalho em cada área de intervenção, temos que considerar as especificidades, também, de cada área. Para isso, os Conselhos de Classes profissionais ou órgãos representativos desenvolvem parâmetros e orientações aos seus profissionais. Mas a reflexão que buscamos seria que, em se tratando de competências e atribuições profissionais como poderíamos descrever as que conduzam a uma interdisciplinaridade.

Considerando o que nos diz Perrenoud sobre o desenvolvimento de competências para o campo da educação, ele cita as que atravessam campos sociais ou mesmo atravessam as profissões, são transversais, sobre elas,

[...] saber identificar, avaliar e fazer valer seus recursos, seus direitos, seus limites e suas necessidades; saber individualmente ou em grupo, conceber e implementar projetos [...]; saber analisar situações, relações, campos de força de maneira sistemática; saber cooperar, agir em sinergia, participar de um grupo, compartilhar uma liderança; saber construir e coordenar organizações e sistemas de ação coletiva de tipo democrático; saber gerir e superar conflitos; [...] (PERRENOUD, 2005, p. 111).

Significa dizer que é o desenvolvimento de um trabalho coletivo que requer diálogo e cooperação, mas, sobretudo, competência teórica, isto é, antes das relações em diálogo e cooperação é necessário um fundamento teórico que desvende o mundo.

[...] a competência crítica capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática. O discurso competente é crítico quando vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

Portanto, mesmo que o Estado apresente uma normativa impondo formas de trabalho e determinadas atribuições e competências comuns, esses não diluem as especificidades, mas requerem dos profissionais fundamentos teóricos e metodológicos que embasem sua segurança no desenvolvimento de uma prática profissional em constante relação de diálogo e cooperação nos CREAS.

Desse modo, o fundamento teórico embasa a construção de um diálogo promissor entre diferentes profissões e o desenvolvimento de um olhar comum sobre o mesmo público do CREAS para além da visão institucionalizada do espaço público de intervenção, tornando o profissional um ser social que apreende as múltiplas determinações do seu espaço de trabalho.

A intervenção interdisciplinar no espaço do CREAS, sendo este uma unidade pública municipal de atendimento às múltiplas demandas sobre violências, acolhe os serviços oferecidos pela PSE que

[...] por meio de programas, projetos e serviços especializados de caráter continuado, promove a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras. (BRASIL, 2011, p. 18).

Essa intervenção interdisciplinar torna múltipla a possibilidade de intervenção nesse espaço, pois a possibilidade de interação de conhecimentos entre

os profissionais torna possível descobrir novos caminhos na relação entre o uno e o múltiplo nesse espaço de trabalho.

A requisição do Estado para o CREAS que demanda conhecimentos específicos para intervir nas demandas, revelam as normatizações legais sobre as contribuições dos conhecimentos destas profissões para a intervenção e atendimento das necessidades humanas pela via de uma política pública. Relacionar os conhecimentos profissionais ao campo das Políticas Públicas, possibilita analisar os objetivos e interesses do Estado na implementação de um serviço que oferece condições ou não de se concretizar a interdisciplinaridade.

Concebendo que o Serviço Social é uma profissão que - por seus fundamentos teóricos e metodológicos é uma profissão que possui expresso um projeto ético-político de transformação social – por seu movimento e intervenção na realidade social, torna-se uma profissão aberta ao diálogo e à troca de conhecimentos, por isso

[...] A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade do discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto significa romper com dogmatismos, muitas vezes cultivados no interior da profissão [...] (RODRIGUES ON, 2001, p. 157).

Logo, os profissionais vêm exercendo sua ação, essa horizontalidade do saber, não sem conflitos e processos de hierarquização de poderes e conhecimentos numa inserção histórica na divisão social e técnica do trabalho, todavia tem-se desenvolvido experiências colaborativas e flexíveis de encontros e interações entre os sujeitos profissionais.

Será por meio desses encontros e interações que, também, descobriremos o campo da interdisciplinaridade como movimento dialético e interativo na intervenção da realidade e nas relações sociais. Discorrendo sobre a mesma como uma tomada de posição ontológica na direção do saber fazer-com-o-outro, da construção do ser social, comunicando-se durante o processo de trabalho.

3 OLHARES PLURAIS DA INTERDISCIPLINARIDADE: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

“A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza”.

(Marx e Engels)

Analisar um espaço de trabalho específico e as profissões intervenientes e em relação nele, compreendendo como a Interdisciplinaridade pode ser concretizada pelas profissionais⁹ para atender as demandas da Política de Assistência Social, é o que este capítulo se propõe apresentar. Os dados apresentados e analisados expressam como a Interdisciplinaridade é interpretada nas intervenções das profissionais.

Descreveremos, inicialmente, o percurso desta pesquisa para justificar alguns dados imponderáveis e os caminhos metodológicos adotados. Optamos por descrever o processo da pesquisa na metodologia que adotamos, discriminando os itens deste capítulo pautados nas categorias teóricas principais do roteiro das entrevistas para responder aos nossos objetivos.

Apresentamos subitens que estruturam o texto em uma organização conforme as categorias trabalhadas nas entrevistas. Assim desenvolveremos algumas análises: sobre a necessidade do Estado contratar conhecimentos específicos para atender sua missão pública; sobre as intervenções e o diálogo entre as profissões; sobre a existência ou não de interdisciplinaridade; e sobre as descrições das intervenções consideradas interdisciplinares pelas profissionais.

3.1 CAMINHOS DA PESQUISA

Tínhamos determinado um caminho, o transcorrer do trabalho de campo e as respostas dos sujeitos nos levaram trilhar e incorporar novas descobertas. A realidade se impôs ao desenho ideal original e, sendo a consciência fruto da

⁹ Passaremos utilizar o gênero feminino para profissionais, considerando que todas as entrevistadas são mulheres.

materialidade das relações sociais, chegamos a uma imagem do real, uma essência provisória da totalidade (NETTO, 2011).

Portanto, esta pesquisa qualitativa foi realizada nos espaços públicos da Prefeitura Municipal de Belém no Estado do Pará, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social-CREAS.

Segundo dados cadastrados no Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) de 2016¹⁰, estão registrados cinco CREAS em Belém. Definimos para amostragem dois CREAS: CREAS Manoel Pignatário, no bairro do Marco e o CREAS Comércio, no bairro da Cidade Velha, que provisoriamente está há um ano funcionando no espaço físico do CREAS Ilka Brandão, no bairro de Campinas.

Embasados pelo método crítico-dialético buscamos desvelar o objeto e as categorias dele resultantes, bem como as do próprio método como totalidade e mediações necessárias (PONTES, 2002) das relações de encontro e interação entre os conhecimentos profissionais nos CREAS pesquisados.

Deste modo, nos dispusemos analisar algumas expressões determinadas na sociedade capitalista (MARX, 1978), um serviço público que se propõe ser um espaço de intervenção interdisciplinar do Estado. Portanto, consideramos que este Estado requisita profissões qualificadas e específicas em um contexto histórico determinado.

Buscamos compreender os sujeitos profissionais em relação, as particularidades e potencialidades desse encontro entre diferentes profissões no espaço do CREAS, a guia da orientação da teoria social crítica, compreendendo o objeto no seu próprio movimento histórico, com suas determinações internas e externas. Sendo que o processo de abstração do objeto nos levou a uma ideação, que fez reproduzir o conhecimento do real. Considerando que este concreto pensado é

[...] síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado [...] (MARX, 1978, p. 116-117).

¹⁰ Cf.: Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/status_censo_2016/relatorio2016.php#>. Acesso em: em 25/09/16.

A essência do objeto, na sua existência real e efetiva, é reproduzir o pensamento como estrutura dinâmica dos processos relacionados ao movimento da realidade da intervenção profissional nos CREAS e interação entre os conhecimentos profissionais.

Então, o método propiciou uma aproximação preliminar ao conhecimento ontológico sobre a essência do objeto, capturamos uma estrutura e dinâmica da realidade por meio de procedimentos analíticos e operamos a sua síntese, reproduzindo-a no plano do pensamento. Reproduzimos, no plano ideal, a essência do objeto que investigamos (NETTO, 2011), ou pelo menos conseguimos uma aproximação.

Foram usadas as técnicas de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e as técnicas de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados e análise de conteúdo para sistematização e análise dos dados. No tratamento dos mesmos, os sistematizamos em um documento de grade de análise qualitativa (BARDIN, 2011).

Analizamos dando ênfase à comunicação instrumental, atribuindo atenção ao contexto e particularidades em que a mensagem foi gerada; e ênfase à comunicação representacional, centralizando no uso das palavras. Desta maneira, verificamos a frequência e a significação dos conteúdos, resultando em inferências baseadas na crítica dialética da realidade apreendida. Logo, as análises frequencial, valorativa e de significados contribuíram para desvelar as determinações históricas da realidade estudada (BARDIN, 2011).

Conhecemos a comunicação das mensagens coletadas, compreendendo a mesma para além dos seus significados imediatos. Procurando “conhecer o que está por trás das palavras”. Utilizamos a descrição analítica, “que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” tratando, dessa forma, os significados temáticos das frequências (BARDIN, 2011).

Importante destacar, nesta metodologia, a escolha dos sujeitos significantes para a pesquisa, que foi realizada por uma amostragem de assistentes sociais, psicólogas e pedagogas, que compõem a equipe de trabalho dos dois CREAS em Belém. Apresentaremos um perfil destes sujeitos para significar quem são estas profissionais, pois, é importante para compreender melhor a inserção das profissionais nesse espaço de trabalho do CREAS por meio de um perfil no seguinte quadro:

FORMAÇÃO	Assistente Social	Pedagoga	Psicóloga	ANÁLISE
NÚMERO DE ENTREVISTAS	02	02	02	Uma amostragem de seis entrevistas.
TEMPO DE FORMAÇÃO	18 a 33 anos	26 a 27 anos	11 a 24 anos	Experiência prática profissional entre 11 e 33 anos.
VÍNCULO PROFISSIONAL	Efetivas	Efetivas	Contrato, Efetiva	A maioria são concursadas.
IDADE	46 a 56 anos	50 a 51 anos	40 a 50 anos	Faixa etária entre 40 a 56 anos.
TEMPO DE TRABALHO NO CREAS	4 a 6 anos	3 a 7 anos	1 a 9 anos	Experiência de trabalho no CREAS entre 1 a 9 anos.
TEM OUTRO TRABALHO	Sim Não	Não Sim	Sim Sim	A maioria possui outro vínculo empregatício.
INSTITUIÇÃO DE ENSINO FORMATIVA	UNAMA UFPA	UNAMA	UFPA UNAMA	A maioria é formada no ensino privado presencial.
PÓS-GRADUAÇÃO	1 Lato sensu e strictu sensu	1 Lato sensu	2 Lato sensu	A maioria possui pós Lato sensu.
CARGA HORÁRIA	30 horas semanais			Todas trabalham 6 horas diárias no CREAS.
GÊNERO				Todas são mulheres.

Quadro 1 - Perfil das profissionais

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os sujeitos pesquisados são profissionais mulheres formadas em instituições de ensino localizadas em Belém-Pará, em sua maioria, vem do ensino privado presencial, de uma metrópole da Amazônia. Essas vozes refletem a singularidade dos CREAS no Pará, e, também, expressam um conhecimento de suas formações específicas, Serviço Social, Pedagogia e Psicologia que irão encontrar-se em um serviço público da Prefeitura Municipal de Belém-PMB, que compõe a Política de Assistência Social, no espaço físico dos CREAS. São mulheres concursadas e com longo tempo de experiência profissional e de diferentes profissões, que possuem seus referenciais teóricos e metodológicos específicos.

Portanto, as escolhas das profissões de Pedagogia, Serviço Social e Psicologia da pesquisa se baseiam por serem as profissões consideradas referências nos CREAS em Belém, conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB/RH (NOB/RH/SUAS, 2006).

Observamos que, embora a experiência da implantação dos CREAS no Pará tenha incluído o advogado como profissional importante para as equipes de

trabalho¹¹, a realidade dos CREAS, em Belém, revela que este profissional não compõe mais, na atualidade, as equipes dos CREAS de Belém. Sendo assim, não discorreremos sobre esta área profissional.

Esclarecemos, ainda, que não foi possível realizar as entrevistas com os gestores da Política de Assistência em Belém e professores da Universidade Federal do Pará, devido ao cumprimento de prazos para esta pesquisa. Também não foi possível a realização dos grupos focais pelo mesmo motivo, conforme previmos inicialmente neste estudo.

Realizamos a pesquisa bibliográfica de referências que nos fundamentaram sobre as discussões em torno da Interdisciplinaridade. Também, analisamos os Guias de Orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (atual Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário) e a consulta de materiais diversos disponíveis dos Conselhos de Classes profissionais, que incluíram nossa análise documental objetivando extrair a realidade do exercício profissional num espaço de trabalho que predispõe a Interdisciplinaridade.

3.2. A MISSÃO PÚBLICA DO ESTADO E O CONHECIMENTO DAS PROFISSÕES

Iniciamos por refletir sobre as relações sociais numa sociedade capitalista, onde “o processo de produção capitalista é um *processo de relações sociais entre classes*” (IAMAMOTO, 1998) (grifo do autor), na qual indivíduos entram em “relações políticas e sociais determinadas” (MARX; ENGELS, 1989, p. 192), próprias de seu desenvolvimento histórico e econômico, no caso, o capitalismo.

Compreendendo essas relações sociais dentro de uma sociedade capitalista, temos segundo Gramsci um Estado que possui no seu interior duas esferas de *superestruturas*¹²: *a sociedade civil e a sociedade política* (SIMIONATTO, 1999) (grifos meu). Esses são planos superestruturais do Estado capitalista que exercem o domínio, o controle e o poder sobre a sociedade.

A sociedade civil pode ser vista como o grupo que exerce a hegemonia ideológica sobre sociedade, a direção intelectual e moral do sistema social; a

¹¹ A maioria dos municípios da região metropolitana já possui o advogado em sua equipe de trabalho, conforme dados da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER.

¹² Em Gramsci, a sociedade civil e política compõem a superestrutura do Estado (PORTELLI, 1977).

sociedade política como o aparelho coercitivo do Estado que responde ao papel de comando e governo jurídico sobre as massas da população (PORTELLI, 1977).

Compreendida, brevemente, essa relação entre as sociedades civil e política, consideramos que a superestrutura do Estado refletida partindo de espaços públicos de trabalhos profissionais, espaços da sociedade civil que oferecerem serviços a determinadas classes de pessoas, temos, também, relações profissionais e conhecimentos profissionais que possuem concepções teóricas e ideológicas que orientam a prática profissional em um CREAS que traduz um conjunto de instituições e medidas que buscam efetivar a Política Social na esfera da Política de Assistência Social.

Portanto, consideramos importante identificar como as profissionais apreendem a necessidade desse Estado requisitar profissões específicas para uma prática interdisciplinar dentro da exigência de um espaço público que atende às necessidades humanas demandadas de violências diversas, de segmentos populacionais atingidos por várias expressões de violações de direitos humanos.

Dessa forma, sobre a missão pública do Estado e quadro de profissões que compõem o CREAS as profissionais relataram: “[...] eu acho que é o que necessita que é o psicólogo, assistente social eu acho que é isso mesmo eu acho que é o que comporta [...]” (PSI 1, 2015); “[...] se tivesse um advogado e até uma terapeuta ocupacional [...]” (AS 2, 2015);

[...] olha um outro profissional que também é super importante é a terapia ocupacional, [...] hoje o município ele te dá o básico, o que dá, o que diz a NOB RH, mas existem outros profissionais que é possível estar presente, entendeu? Arte-educadores, um exemplo, nossa um grande trabalho um arte educador com adolescentes, com crianças, com idosos [...] (PSI 2, 2015).

A importância é porque quando essa demanda chega aqui ela chega uma demanda destrocada, é uma palavrinha complicada de usar, mas ela chega com a sua parte emocional muito fragilizada, então a importância desse profissional aqui [...] dá unidade no atendimento ele vai fazer com que essa demanda que chegue aqui comece a ter o seu emocional organizado, [...] o seu emocional estabilizado [...] (PED 1, 2015).

As profissionais de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social consideram que essas categorias profissionais são adequadas e importantes ao serviço oferecido, porém, enfatizaram a ausência do profissional do direito no exercício diário dos

serviços. Ponderamos que a ausência do advogado¹³ na equipe dos CREAS foi pontuada como uma grande dificuldade para os acompanhamentos que requerem as especificidades dessa profissão, de acordo com a normativa do SUAS para a implementação dos CREAS, o advogado compõe a equipe mínima e de referência aos serviços do CREAS, o que nos leva a concluir que os CREAS de Belém funcionam sem a equipe completa de referência (BRASIL, 2011).

As profissionais acreditam serem adequadas as profissões que já compõem as equipes, mas fizeram referência à ausência de arte educadores, terapeutas ocupacionais e advogados. Apresentam a ideia de um serviço que possui profissionais para atender apenas uma demanda fragilizada emocionalmente, sem aprofundar as relações possíveis da exigência do Estado quanto à apreensão da relação da sua prática profissional com a conjuntura da sociedade capitalista.

Também, os relatos apresentam apreensões superficiais e imediatas sobre a requisição de profissionais aos serviços dos CREAS, sem o embasamento teórico que vá além da imediatividade, destarte, percebemos uma forte tendência na ênfase do saber-fazer na lógica da

[...] base no pensamento instrumental empirista, desenvolvendo-se em detrimento de qualquer operação teórica que vá além da manipulação imediata de aspectos do cotidiano e da dinâmica reprodutiva das relações sociais. Ela repõe o caráter fetichista das relações sociais capitalistas através de uma dada razão instrumental, que favorece o pragmatismo e o imediatismo das respostas profissionais (MOTA, 2008, p. 193).

Percebemos que há um conjunto diversificado de profissões em interação nos CREAS, isto exige dos profissionais irem além das imediatividades do cotidiano para perceberem, inclusive, as determinações da superestrutura no que se refere às necessidades de suas profissões no interesse das relações sociais capitalistas.

A missão pública do Estado para os serviços dos CREAS é traduzida pela própria política de assistência social: assegurar ao seu público alvo o que o SUAS categorizou como a segurança da acolhida; a segurança do convívio familiar, comunitário e social; a segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social (RESOLUÇÃO 109, CNAS, 2009).

¹³ Também as profissionais sugeriram a necessidade da volta do profissional de Terapia Ocupacional, que nas suas experiências de trabalho foi fundamental para a qualidade do acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos - havia o trabalho de uma terapeuta ocupacional no CREAS Comércio, a mesma foi transferida do CREAS e não foi substituída.

Tais seguranças são traduzidas pelo SUAS, como atendimento de qualidade, especializado e que se materializa pela infraestrutura adequada aos serviços; como uma equipe profissional qualificada para atender as demandas específicas às violações de direitos – violências diversas atendidas - como fortalecimento e construção de vínculos familiares; como elaboração de projetos de vida; como desenvolvimento de capacidades e potencialidades para o enfrentamento de situações adversas (BRASIL, 2011, p. 24).

Todavia, impõe-se uma responsabilidade, direcionada a um espaço público de trabalho, e, conseqüentemente, aos seus profissionais, o de superar ou transpor a pobreza e as conseqüências da vitimização da violência resultado das expressões da questão social. Um corpo de profissionais de diferentes profissões é chamado a dar forma a essa missão pública, esta exigência é apresentada em eixos para essas profissionais:

[...] atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso aos direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede – devem nortear, ainda, a concepção compartilhada pela equipe na atuação profissional para o desenvolvimento do trabalho social. (BRASIL, 2011, p. 27).

Situações singulares que exigem intervenções especializadas, impondo às profissionais conhecimentos, habilidades e competências amplas e gerais, desde profissionais do ensino fundamental e médio, e principalmente àquelas de ensino superior, sujeitos desta pesquisa. É o Estado exigindo que se desenvolvam metodologias especializadas e uma exigência do trabalho interdisciplinar para o acompanhamento de famílias e indivíduos (BRASIL, 2011, p. 28).

Assim, observamos que a política de assistência social, em se tratando da proteção social de média complexidade, requisita uma equipe de trabalho que chama de interdisciplinar, porém não desenvolve explicações sobre a Interdisciplinaridade, soando como um termo que apenas explica que a equipe é composta por vários profissionais.

Dessa maneira, temos um Estado requisitando uma atuação conjunta das profissões para interagirem sem considerar que esses sujeitos tem uma particularidade, tendo colocado, a estas¹⁴ profissionais, a exigência para que usem

¹⁴ Considerando o perfil do gênero feminino das profissionais nos CREAS passaremos a utilizar os pronomes no feminino a partir deste texto.

seus conhecimentos disciplinares a serviço da missão pública do Estado por meio do CREAS, onde são inseridas numa realidade que exige intervenções especializadas e conhecimentos, habilidades e competências como um todo, além de uma interação entre profissões com conhecimentos específicos que possuem condições objetivas adversas para intervenções com qualidade de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos.

Esta interação entre profissões que compõem uma equipe interdisciplinar para atender a missão do Estado apresenta algumas dificuldades ou obstáculos que foram apontadas pelas profissionais, e que traduzimos como algumas categorias:

-Precarização do trabalho:

O Estado possui a responsabilidade política de efetivar a “Assistência Social como direito de cidadania” (PNAS, 2004), assim, com a Lei 10.435/2011, Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS alterada, a Assistência Social inclui em seu quadro profissionais de diversas áreas. Estes, inseridos no marco da divisão social e técnica do trabalho, compõem as equipes de trabalho dessa política, são incluídos para atender esse modelo de gestão do SUAS.

Desse modo, a consolidação do SUAS como uma política pública e de direito social abre um espaço de trabalho a diferentes profissões e que possuem demandas atendidas de forma considerada especializada em um trabalho continuado e articulado em rede de garantia de direitos¹⁵.

Logo, analisar a categoria empírica que foi unanimidade nos relatos, e que traduzimos como a precarização do trabalho nos CREAS pesquisados, nos leva à compreensão que esta precarização

[...] não se restringe às determinações imediatas do local de trabalho e do estatuto salarial propriamente dito. Precarização do trabalho implica determinações mediatas da vida cotidiana, direta ou indiretamente ligadas ao mundo do trabalho e que estão enredadas na vida pessoal de cada um (ALVES, 2009, p. 145).

Desta maneira entendida, reproduzimos alguns dos dados comuns aos relatos sobre a precarização no trabalho:

¹⁵ Rede de Instituições públicas ou não que trabalhem, também, com a proteção e prevenção de violências.

DADOS	PROFISSIONAIS
Grande demanda.	“[...] precisa ampliar o número desse recurso humano, ele é pouco pra demanda que chega [...]” (Ped 1).
Poucos recursos humanos.	“[...] só que eu acho que a quantidade deles é muito pouca, é insuficiente, porque a demanda é muito grande [...]” (Psi 1).
Equipe reduzida; Gestão diminui a equipe.	<p>“[...] mas necessitaria de mais profissionais pra atender toda essa demanda que chega aqui entendeu? Então nós somos uma equipe técnica reduzida né [...]” (Ped 2).</p> <p>“[...] quando nós tínhamos 4 equipes do PAEFI, que é o serviço de proteção e atendimento integral à famílias e indivíduos, foi uma experiência muito boa, qual é hoje a nossa realidade? A gente tá com 2 equipes de PAEFI, uma pela manhã e uma pela tarde, então, a demanda é muito grande, então o que é que a gestão fez, a gestão vem fazendo, melhor dizendo, ela vem inaugurando, implantando novos espaços do CREAS, perfeito! Existe demanda, é uma necessidade, só que ela não tá acompanhando a infraestrutura e aí muitas das equipes, dessas 4 equipes que eu falei pra você que foi a origem mesmo elas acabaram migrando para esses outros espaços que estão sendo inaugurados para assumir o papel de técnico lá [...]” (As 1).</p>
Falta de tempo.	<p>“[...] a gente não tem tempo pra dar essa continuidade [...]”.</p> <p>“[...]tem um agravante, a demanda é muito grande e acaba não sobrando tempo pra essas coisas, por exemplo, quando a gente sai pra uma visita é o momento que a gente tem rápido pra discutir um caso [...]” (Psi 1).</p>
Perda de qualidade.	[...] aumenta a demanda, e aí essa qualidade perde, você tem perda nessa qualidade [...] (As 1).

Quadro 2 - Condições objetivas de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As profissionais revelam as condições de precarização dos serviços oferecidos devido à grande demanda de atendimentos, sendo comum a inferência por maior número de recursos humanos, principalmente, um aumento da equipe básica de profissionais da Pedagogia, Serviço Social e Psicologia que são os profissionais “âncora” dos atendimentos dos CREAS, em Belém.

Aqui importa destacar que as categorias: grande demanda; poucos recursos humanos; equipe reduzida; falta de tempo; perda de qualidade expressam as relações sociais reproduzidas nos espaços públicos de trabalho dos CREAS. Essas

são representações singulares de uma totalidade do mundo do trabalho capitalista, segundo Antunes, no mundo

Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2011, p. 103).

Desta forma, vimos reproduzidas na particularidade dos CREAS pesquisados, em Belém, uma classe de mulheres¹⁶ trabalhadoras que, apesar de em sua maioria serem funcionárias públicas efetivas - são levadas a terem um segundo emprego - não estão isentas da realidade de exploração da sua força de trabalho. Quando relatam a grande demanda e falta de tempo, refletem a ação destrutiva contra a força humana de trabalho, o que segundo Antunes (2011), “encontra-se hoje na condição de precarizada ou excluída”.

Embora a expansão do trabalho feminino seja algo real no mundo do trabalho, tem

[...] significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino (ANTUNES, 2009, p. 105).

São as formas de extração de trabalho que nos fazem voltar ao perfil das profissionais nos CREAS, a sua maioria possui um segundo emprego com contratos terceirizados, nos levando a uma reflexão sobre a falta de tempo no trabalho relatadas, para dar sentido

[...] sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida, e, por outro, para possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho (ANTUNES, 2011, p. 110).

Leva-nos a refletir que uma vida dotada de sentido dentro e fora do trabalho requer tempo no trabalho e tempo fora do trabalho para que profissionais possam desenvolver sentido no trabalho e na vida por meio de sua autodeterminação e liberdade para o tempo livre e ócio produtivo (ANTUNES, 2011).

¹⁶ As entrevistadas foram todas profissionais mulheres e do ensino superior.

Temos profissionais concursadas no CREAS que, apesar da jornada de 30 horas semanais de trabalho, tem uma sobrecarga desse tempo de trabalho; refletimos, destarte, sobre dois motivos identificados na pesquisa como possíveis obstáculos ao exercício de uma perspectiva de Interdisciplinaridade nos CREAS pesquisados: o número de acompanhamentos impostos pela demanda do serviço e a segunda jornada do segundo emprego após o do CREAS. Dessa maneira, nas horas de trabalho nos CREAS o tempo para diálogos e trocas sobre as intervenções e temas para estudo em grupo são escassos e focados nas urgências imediatas dos atendimentos.

Portanto, a grande demanda e a dupla jornada de trabalho refletem as mudanças ocorridas no mundo do trabalho brasileiro,

Foram de grande monta as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990. Mutações políticas, com o advento do receituário e da pragmática neoliberais, desencadeando uma onda enorme de desregulações nas mais distintas esferas sociopolíticas (ANTUNES, 2004, p. 13).

Igualmente, alguns traços e singularidades da reestruturação produtiva do capital influenciam o processo de superexploração da força de trabalho¹⁷ no serviço público, por isso, o aumento da jornada de trabalho intensifica o trabalho, e devido aos baixos salários ocorre a busca pelo duplo emprego; estas podem levar aos impedimentos do tempo no espaço de trabalho para a interação entre profissões e a construção de integração dos seus conhecimentos específicos.

Assim, temos uma dificuldade para a produção de conhecimento na perspectiva de Interdisciplinaridade, pois sendo na materialidade histórica e social que os homens e mulheres produzem suas ideias, teorias e concepções, temos que o processo de vida real das profissionais e suas condições históricas de trabalho no CREAS não possibilita o tempo necessário para essa produção de conhecimento (ANTUNES, 2004).

Segundo os parâmetros para a implantação dos CREAS¹⁸, os municípios de grande porte, metrópoles, devem implantar 01 CREAS a cada 200.000 habitantes.

¹⁷ Ruy Mauro Marini. Trabalha a categoria da superexploração da força de trabalho na perspectiva marxista.

¹⁸ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS: Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – 1ª Versão, p. 15. <http://www.cogemas.pr.gov.br/arquivos/File/Documento/CREAS_1_Vers%C3%A3o.pdf> Acesso em: 25/09/16.

Analisando o dado do IBGE¹⁹, a população de Belém é de 1.393.399 hab., isso significaria a necessidade da implantação de mais 01 CREAS no município. Também, segundo o porte dos municípios e capacidade de atendimento: grande porte, metrópole, devem ser atendidas pelo menos 80 famílias ou indivíduos por mês, porém a realidade apresenta um número de 50 famílias ou indivíduos por profissionais, em acompanhamento. Isto nos leva a inferir o que foi expresso no seguinte trecho:

[...] pela NOB RH o CREAS ele tem que ter mais ou menos 80 famílias, aí chega o absurdo de cada dupla que tem hoje aqui no PAEFI ficar com 50, 60 famílias, então fica muito complicado pra você dar um acompanhamento de qualidade [...] (AS 1, 2015).

Observamos que as profissionais possuem uma demanda de atendimento em que se sentem sobrecarregadas para oferecer um serviço com maior tempo e com qualidade para as famílias e indivíduos atendidos, considerando que para atender maior número de pessoas acabam atendendo individualmente. Também sinalizaram durante as entrevistas que são poucos os profissionais de nível superior para atender toda a demanda do serviço.

Isto posto, considerando a PNAS, temos uma realidade do município de Belém em que a atual Prefeitura Municipal, segundo a análise das entrevistas, demitiu ou transferiu profissionais, diminuindo as equipes de referência para os atendimentos. Isso contribuiu para a alta demanda e, conseqüentemente, perda da qualidade dos acompanhamentos das profissionais, e conseqüente obstáculo à perspectiva de Interdisciplinaridade.

[...] e aí por outro lado a gente sabe que a instituição, que é o órgão que executa a política no município, a FUNPAPA [...] assim essa gestão pra cá que dificulta ter esse espaço, esse momento no caso de estar realmente efetivando essa relação interdisciplinar, a gente consegue assegurar o psicossocial que é o que eu tô mais próximo hoje, mas com o pedagogo. O advogado a gente nem tem aqui, mas o pedagogo sim, a gente tem essa relação que nem é tão ampla a nossa rotina é por conta de nós não estarmos conseguindo assegurar no nosso cotidiano essa relação mais próxima na interdisciplinaridade (AS 1, 2015).

Temos, portanto, resultado comum das análises uma gestão municipal que tem favorecido a precarização do trabalho das profissionais dos CREAS com a falta

¹⁹ CF.: Site do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150140>> Acesso em 25/09/16.

de renovação de recursos humanos da Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Direito, Terapia Ocupacional, Arte Educadores e outros profissionais, resultando em perda da qualidade dos acompanhamentos devido à grande demanda dos atendimentos.

Desse modo, compreendemos na análise que a gestão pública e a gestão de pessoal, também, podem interferir na possibilidade de discussão das equipes. Como citado por uma das profissionais, o trabalho foi prejudicado devido à diminuição dos recursos humanos e recursos materiais, uma vez que a gestão pública inaugurou mais espaços físicos dos CREAS, todavia não aumentou os recursos humanos, mas realizou uma redistribuição de pessoal. Isto levou a uma desproporção entre demanda de serviço e oferecimento de profissionais para os atendimentos.

Desta maneira, refletimos que as profissionais identificaram e compreendem que vivenciam a precarização no trabalho, denominando-as como as citamos acima, todavia, demonstraram resignação a esse processo histórico nos CREAS, não há tempo livre do trabalho para abstrair alternativas de mudança, nem por meio da Interdisciplinaridade.

-A relação entre profissões:

A relação entre profissões requer o trabalho em grupo, em equipe de trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar, aqui por tratarmos especificamente da Interdisciplinaridade, estamos falando de relações entre profissões nessa perspectiva. Portanto, essa exige um diálogo mais próximo, minucioso, entre as profissões; um encontro e diálogo entre disciplinas (FAZENDA, 1996).

Dessa maneira, para desenvolver esse diálogo, essa aproximação, não há guias de orientações prontas, as profissionais dos CREAS absorvem o termo, a palavra interdisciplinar, porém os dados demonstram que nas suas intervenções e na relação entre as profissões dos CREAS, essa palavra não é aprofundada como termo, conceito, prática ou perspectiva, como vemos nos dados seguintes:

DADOS	PROFISSIONAIS
<p>Intervenção junto;</p> <p>Atendimento psicossocial.</p>	<p>“[...] mas normalmente a gente atende junto” (Psi 1).</p> <p>“Como eu estou te falando, a <i>interdisciplinariedade</i> ela acontece, mas ela poderia ser algo mais, assim, presente, de forma mesmo mais efetiva no nosso cotidiano. Mas como eu estou lhe falando não temos o advogado, temos a pedagoga, mas <i>existe</i> umas intervenções conjuntas com o psicossocial é muito pontuais [...]” (As 1).</p>
<p>Atendimento da psicóloga;</p> <p>Atendimento da assistente social;</p> <p>Atendimento da pedagoga.</p>	<p>“[...] aí a gente vai e escuta, não tem assim, olha, hoje, a gente vai abordar não, o quê que a família tá trazendo hoje, ela está pontuando que dentro cada um com a visão do seu trabalho...você entendeu? [...]” (Psi 2).</p>

Quadro 3 - Intervenções profissionais

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Observamos como é comum aos dados, que a Interdisciplinaridade é considerada apenas no momento em que as profissionais precisam reunir para algum atendimento, mas na maioria das vezes realizam os atendimentos de maneira isolada, monodisciplinarmente. Assim, elas identificam os momentos que podem vir a ser um encontro e diálogo entre disciplinas, um trabalho interdisciplinar que chamam de *intervenção junto e atendimento psicossocial*.

Podemos inferir que a “intervenção junto” significaria o atendimento em conjunto, e geralmente em dupla, ou seja, a psicóloga e a assistente social, a pedagoga e a assistente social, ou a psicóloga e a pedagoga. Seriam os acompanhamentos individual, familiar ou em grupo, o que as orientações técnicas chamam de acompanhamento especializado (BRASIL, 2011).

Essa “intervenção junto” pressupõe o interdisciplinar, pressupõe entrar no campo da prática profissional em conjunto. São os pares na direção do desenvolvimento de um trabalho comum (FAZENDA, 1996). Essa prática é o exercício profissional traduzido em ações interventivas sobre dada realidade, essa ação exige um conhecimento sobre o objeto da ação, um conhecimento que indica as estratégias e os instrumentais técnico-operativos necessários de cada profissão. Isto nos leva ao campo da dimensão técnico-operativa de cada profissão que se constituem em finalidades objetivas.

Desta forma, o desenvolvimento de ações interventivas requer das referidas profissionais que qualifiquem suas ações para além do pragmatismo imediatista e requer que estas profissionais se reúnam para “pensar o trabalho” como relações

entre profissões (SANTOS, 2012). Porém, mais adiante veremos nos relatos das experiências que essa “intervenção junto” não será, via de regra, uma intervenção interdisciplinar.

Quanto ao atendimento psicossocial, esse tipo de atendimento é originado da área de trabalho na saúde, e termo derivado do campo da saúde mental que pressupõe o cuidado com responsabilidade de um trabalho de prevenção, tratamento e reabilitação na área da saúde mental por profissionais de várias áreas ditas equipes interdisciplinares (RIBEIRO, 2004).

Tornou-se um termo presente nos guias de orientações profissionais da assistência social, absorvido com a implementação do SUAS como modelo do Sistema Único de Saúde-SUS, para se referir a um tipo de atendimento em conjunto, geralmente, por assistentes sociais e psicólogos, e usado como exemplo do interdisciplinar. Todavia, pode ser um atendimento realizado com um caráter multidisciplinar, apenas.

Segundo a fala de uma assistente social o atendimento psicossocial seria um momento em conjunto onde a psicóloga e a assistente social avaliam a necessidade de intervir em conjunto, e atendem a família ou indivíduo em conjunto, em dupla. Embora as diretrizes do trabalho no CREAS e guias de orientações do MDSA sempre reportem aos atendimentos psicossociais, refletimos que há uma distância da compreensão desse tipo de atendimento na prática profissional dos CREAS, motivo pelo qual foi pouco citado, e este poderia representar no CREAS um atendimento mais próximo do interdisciplinar.

3.2.1. Importância dos conhecimentos disciplinares

Nossa pesquisa buscou apreender como as profissionais identificavam a importância de seus conhecimentos específicos para o desenvolvimento do trabalho no CREAS. Obtivemos o seguinte: “[...] olha eu estou em processo o tempo todo de aprendizado aqui [...]” (PSI 2, 2015);

Porque cada profissional vai direcionar o seu olhar e dar os encaminhamentos necessários, tanto o psicólogo como o pedagogo como o assistente social, cada um tem o seu olhar específico dentro do seu atendimento e a partir dali ele dá os encaminhamentos (PED 2, 2015);
[...] nós estudamos todo o conhecimento, todo o conteúdo que é disponibilizado pra nós, nós saímos de lá com a certeza de que vai ser

possível nós atuarmos em qualquer área, mas isso não nos limita não nos impede, ao contrário, seja a área que nós formos atuar ao sairmos da academia nós vamos ter que estar sempre estudando né [...] (AS 1, 2015); [...] eu acredito que através dessa junção da procura teórica do conhecimento, reciclagens, eu acho, assim, que dá um reforço nesse saber profissional e mais essa questão do dia a dia, a prática, e quando existe alguma dificuldade quando existiu ou existe, eu procuro apoio das colegas, nós temos muito isto de conversarmos pra tirarmos dúvida [...] (AS 2, 2015).

Algumas inferências sobre essas falas podem ser feitas, considerando o próprio conhecimento das profissionais sobre a sua intervenção profissional: olhar específico, processo de aprendizado, conhecimento para atuar em qualquer área, procura de teoria e apoio da equipe. Identificamos que há uma predisposição das profissionais para desenvolverem um bom diálogo para intervirem no objeto comum de seu trabalho. Também, identificamos como é comum nos relatos das profissionais pesquisadas a expressão de permanente busca do conhecimento, mas também verificamos que permanece o modelo de atendimentos multidisciplinares que se limita a mera convivência entre conhecimentos disciplinares para respostas imediatas nas demandas do trabalho.

Sobre como as profissionais compreendem os seus conhecimentos disciplinares para intervir na realidade, podemos dizer que o processo de elaboração do conhecimento sobre dado objeto apresenta algumas dificuldades: primeiro, pelos limites do sujeito que busca conhecer dada realidade, e segundo, pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico (FRIGOTTO, 2008). Pois, uma vez que esse processo de elaboração do conhecimento implica uma ação, um trabalho de construção do sujeito, esse, também, deve compreender que existem limites que se situam no campo da sua formação profissional.

Alguns dados sobre os conhecimentos disciplinares apareceram relacionados à formação profissional, exemplo disso é visto nos relatos das profissionais da pedagogia²⁰ que expuseram não terem tido conhecimento sobre o campo da assistência antes de aprender com a prática do cotidiano do trabalho. Também, resumiram a sua intervenção ao acompanhamento escolar, demonstrando, assim, que alguns limites das relações entre disciplinas passam pelo campo da sua formação.

²⁰ Pontuamos que não existe um Conselho Profissional da Pedagogia, assim, não conseguimos encontrar parâmetros regulamentadores, considerados legais e oficiais, sobre sua atuação na assistência social e nos CREAS. Existem orientações do MDS que condicionam a intervenção das/dos pedagogas/pedagogos apenas às oficinas educativas e apoio às escolas, mas o campo da educação não-formal no CREAS possibilita muitas intervenções para as/os profissionais.

Considerando as respostas sobre a importância dos conhecimentos disciplinares durante as entrevistas, apareceram alguns *conflitos entre profissões*,

[...] determinadas situações são específicas do assistente social. O papel do psicólogo na assistência na verdade é lidar mesmo com essas situações mais pessoais. A questão são as abordagens sabe? Parece que a gente, as pessoas aqui são as donas da verdade, dizem: não tem que fazer, não é assim, você não tem que fazer isso. Como assim? Não tem que dizer o que ela tem que fazer, o que ela não tem que fazer, eu estou falando do meu papel de psicóloga [...] (PSI, 2015);

[...] eu estou vivenciando agora com a segunda psicóloga e a gente tem um diálogo profissional, mas quando você vai para intervenção tem um pouco de conflito, mesmo porque, eu falo: se você vem de outra área para essa área que você não tem ainda experiência, você precisa pesquisar e estudar [...] (AS 1, 2015).

Dessa maneira, para aprofundar e analisar esse dado fomos ao guia de orientações técnicas dos CREAS e verificamos que ele não separa as funções específicas de cada profissional no desenvolvimento do trabalho (BRASIL, 2011). O Conselho Federal de Psicologia aponta em suas orientações aos profissionais que atuam no campo da Assistência Social, que esta atuação, ainda, não está bem delimitada e existem confusões sobre o papel da Psicologia (CFP, 2012), fazendo com que algumas atribuições nos CREAS se confundam entre os assistentes sociais e psicólogos.

O caderno de orientações do CREAS apresenta como atribuições aos profissionais de nível superior as mesmas atribuições sem diferenciá-las (BRASIL, 2011), resultando em uma falta de clareza sobre atribuições específicas que acabam limitando a compreensão sobre as atribuições privativas a cada profissão, que são confundidas pelas profissionais, em Belém. Consideramos que isto pode estar associado a uma das possíveis causas de insegurança das profissionais quanto ao campo do domínio de seus referenciais teóricos e metodológicos que foram constatados pela análise durante as entrevistas.

A propósito, consideramos pertinente acrescentar a reflexão a partir de um exemplo de nossa experiência profissional no CREAS de Benevides-Pará, onde durante um dos atendimentos, ao atendermos uma família em companhia da psicóloga do CREAS, percebemos que a psicóloga ao fazer a sua intervenção junto à mãe de uma adolescente, realizava perguntas referentes a um estudo socioeconômico da família. Após o atendimento sentamos para conversar sobre o mesmo e os encaminhamentos necessários e refletimos sobre nossa atuação

específica no CREAS, fomos ao guia de orientações e nos deparamos com o seguinte:

Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; Trabalho em equipe interdisciplinar; Orientação jurídico-social (advogado); Alimentação de registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos (BRASIL, 2011, p. 99).

Percebemos, na época, eu e a psicóloga, que não nos ajudou a leitura, eram atribuições gerais que deveriam ser melhor explicadas. Fomos aos nossos Conselhos respectivos e as leituras de materiais foram esclarecendo algumas dúvidas que tínhamos sobre as atribuições específicas para uma intervenção em conjunto, daí surgindo o debate sobre o significado do que seria o interdisciplinar.

Acrescentamos essa experiência para dizer que associados a uma intervenção que exige um diálogo comum e que pode convergir sobre decisões dos encaminhamentos necessários aos acompanhamentos das famílias e indivíduos atendidos pelos profissionais dos CREAS, existem contradições que podem dificultar consensos sobre intervenções por meio de um diálogo interdisciplinar, esse propõe um reconhecimento das diferenças disciplinares e das especificidades e um aprendizado do convívio entre elas; compreendendo, sempre, que diferenças e especificidades se reencontram e se complementam contraditória e dialeticamente (SÁ, 2002), e que chegar a um consenso por meio da Interdisciplinaridade não significa esquecer as contradições e especificidades das práticas profissionais.

O Conselho Federal de Psicologia-CFP apresenta alguns parâmetros a essa intervenção nos CREAS,

De fato as orientações técnicas sobre o trabalho no CREAS não distingue as funções dos profissionais que compõem a equipe de referência, mas consideramos que, apesar desses profissionais exercerem a mesma função, cada categoria profissional no CREAS trabalha a partir de teorias e metodologias relacionadas com a sua área de conhecimento. No caso da Psicologia, consideramos que esta tem muito a contribuir com a proteção social especial de famílias e/ou indivíduos tendo como foco a subjetividade e os processos psicossociais (CFP, 2012, p. 48).

O Conselho Federal de Serviço Social-CFESS apresenta uma proposta do que seria o interdisciplinar para o trabalho na Assistência Social:

[...] uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência [...] deve ser orientado pela perspectiva de totalidade [...] criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho e propiciem avanços efetivos [...] impõe aos/às profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho [...] A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2011, p. 25-27).

Assim, códigos de ética, leis de regulamentação e diretrizes curriculares, de cada formação profissional, podem instituir parâmetros a uma intervenção interdisciplinar. Todavia, o que se espera na possibilidade de exercer a Interdisciplinaridade é a construção de uma prática ídeo-política que consiga dialogar e confrontar suas abordagens teóricas e metodológicas, éticas e políticas respeitando-se na diversidade.

Portanto, o caminho na direção de uma perspectiva de Interdisciplinaridade, exigirá mais discussões sobre as especificidades das intervenções e uma das suas características está na “intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas” (JAPIASSU, 1976, p. 74). Assim, os profissionais que se predispõem à Interdisciplinaridade, deverão possuir a intencionalidade da busca, na direção da intensidade da troca e integração. A “necessidade básica para conhecer e modificar o mundo é possível de concretizar-se no ensino através da eliminação de barreiras entre disciplinas e entre pessoas” (FAZENDA, 1996, p. 57).

3.3. INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E O DIÁLOGO ENTRE AS PROFISSÕES

Relacionando a intervenção profissional e o diálogo entre as profissões, tomamos como ponto de partida o entendimento de que para desenvolver a Interdisciplinaridade em um espaço de trabalho comum e que tem a exigência da intervenção interdisciplinar, faz-se necessário uma rápida e, não esgotada reflexão, sobre o campo das formações das profissões envolvidas nessa pesquisa, partindo do pressuposto de que as formações acadêmicas são mediações fundamentais para esse processo de conhecimento sobre a Interdisciplinaridade.

Outra mediação a ser considerada é a relação entre as profissões. O conceito de profissão a ser considerado

[...] pressupõe um conhecimento fundamentado numa área específica, que implica *habilidades e competências*, cujo exercício traz consequências para quem utiliza os serviços profissionais [...] a profissão se inscreve na estrutura socioeconômica-política, ao mesmo tempo que na dinâmica concreta da prestação de uma atividade ou produto, que corresponde a uma demanda ou expectativa, com fundamento em conhecimentos gerais e particularizados. Pressupõe reconhecimento legal, exercício de saber e poder e um grupo de pessoas em ação. A profissão é uma articulação de saber, poder e reconhecimento institucional (FALEIROS, 2013, p. 239) (grifo do autor).

Desta forma, as profissões representam uma especialidade do conhecimento, um fragmento nas formas de se ver e agir sobre o real, temos, então, um profissional que possui uma interferência na realidade conforme sua regulamentação permite, seus conhecimentos construídos, historicamente, dentro de uma divisão do trabalho que desenvolveu e criou determinadas categorias profissionais. Portanto, essa relação entre profissões para o exercício de uma Interdisciplinaridade também envolve o processo de construção dessas profissões e suas concepções e linhas de atuação (FALEIROS, 2013).

O espaço público de trabalho do CREAS reconhece as profissões, institucionalmente, e lhes oportuniza um espaço de articulação de conhecimentos, os múltiplos conhecimentos disciplinares transitam nesse espaço e estão em relação. Observamos que esta relação também é perpassada por disputas de poder e saber entre as profissões.

A compreensão dessas disputas de poder entre as profissões exige uma análise sociológica das profissões (GONÇALVES, 2008), no caso de nosso estudo,

a Psicologia, Serviço Social e Pedagogia precisariam ser entendidas em seus contextos históricos de surgimento como disciplinas e das suas inserções na política de assistência social. As práticas profissionais inseridas em processos institucionais que pretendam a Interdisciplinaridade requerem desenvolver estratégias mais efetivas à sua implementação nos espaços de trabalho, e isto requer debater o quadro da história de suas disputas de poder para saber dividir o monopólio de suas práticas sobre determinadas áreas do conhecimento (FALEIROS, 2013).

Aprofundamos nesta pesquisa as concepções sobre como as profissionais identificaram em suas formações a atuação para o trabalho no CREAS. Iniciando pela **Psicologia** temos que as psicólogas entrevistadas, apontaram não terem tido em sua formação profissional o conhecimento necessário para a atuação na política social de assistência social:

[...] eu vim muito crua pro CREAS, a gente sabe a universidade é muito crua, mas como a gente faz clínica, quando a gente sai com bacharelado é mais crua ainda, mas quando a gente faz clínica, para ser psicólogo a gente tem que fazer a psicologia clínica [...] (PSI 1, 2015).

Desde a regulamentação da profissão de Psicologia, no Brasil, em 1962, sendo promulgada a Lei nº 4.119, sua principal fundamentação teórica baseou-se nos eixos da Psicologia Clínica, Organizacional e Educacional com enfoque na Psicoterapia Individual. Porém, a partir da década dos anos de 1980, a Psicologia começa a questionar se, realmente, atendia as necessidades da sociedade brasileira, voltando seu estudo à Psicologia Social (CFP, 2009).

A psicologia somente a partir da década de 1980 adentra o campo do trabalho social por meio da militância dos psicólogos em face dos direitos humanos, pois, até então, estava vinculada ao âmbito privado psicoterápico. Desde então, amplia de forma crescente seu olhar profissional, para o compromisso social no combate à desigualdade e no engajamento nas lutas por condições dignas de vida (NERY, 2009, p. 99).

Após debates teórico-ideológicos, a Psicologia tomou novos rumos no fim da década de 1990, do século XX, e início dos anos 2000. Novos espaços de trabalho se abrem à profissão, um deles, o espaço de trabalho na política de assistência social - principalmente após 2003, por meio dos CRAS e dos CREAS implementados nos municípios de acordo com a PNAS de 2004. Assim, “[...] podemos afirmar que a atuação da Psicologia na política de assistência social está

sendo construída, a partir de uma reflexão crítica sobre seu potencial e papel” (CFP, 2012, p. 47).

Importa registrar que as psicólogas entrevistadas demonstraram dificuldades em expressar as suas atribuições profissionais, e propuseram uma psicologia relacional na sua intervenção mais próxima do cotidiano das pessoas atendidas e com fundamentação na busca pela autonomia das famílias e indivíduos para a superação de seus problemas materiais e emocionais. Porém, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2009), o atendimento psicológico no CREAS “[...] deve compor a atenção psicossocial, que é operacionalizada por um conjunto de procedimentos técnicos especializados, com o objetivo de estruturar ações de atendimento e de proteção [...]” às vítimas de violência atendidas no serviço (CFP, 2009). Esse atendimento psicossocial constitui-se como um instrumento de caráter disciplinar e interdisciplinar de cunho terapêutico desenvolvido em acompanhamento individual ou em grupos.

Assim, considerando as entrevistas temos que

[...] eu fiz muitos atendimentos pela universidade, e não só pela universidade, depois que eu terminei ainda fiz o aprimoramento de psicoterapia, mas assim te dizendo, aqui a gente não faz psicoterapia, mas foi essa base que me orientou aqui [...] (PSI 1, 2015);

[...] o meu estágio em social, psicologia social na época, foi fundamental em entender que a psicologia, ela necessitava transpassar os muros da clínica, que ela necessitava de se fazer presente onde houvesse um espaço relacional humano não é [...] (PSI 2, 2015).

Portanto, as profissionais relatam que na sua formação em Psicologia foram hegemônicas as bases da psicoterapia em clínica, apenas no estágio curricular uma psicóloga pode conhecer a Psicologia Social. Entendemos que o CREAS não realiza a psicoterapia, desse modo, observamos a dificuldade das profissionais ao afirmarem o que seria um trabalho de acompanhamento terapêutico no CREAS, ponderamos que possa ser resultado em parte de suas formações profissionais.

As diretrizes curriculares do curso de Psicologia revista, em 2011, apresentam alguns eixos estruturantes que articulam conhecimento, habilidades e competências para uma atuação profissional em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma mais articulada inclusive com profissionais de outras áreas (BRASIL, 2011).

Também, foi realizado um levantamento pelo Conselho Federal de Psicologia de 2001 a 2005 e uma pesquisa da CEAPG/FGV²¹, em 2007, sobre a atuação de psicólogos na política de assistência social, as quais apontavam que havia “a manutenção da hegemonia no enfoque clínico em detrimento das demais áreas”, referente à atuação dos psicólogos na assistência social; também apontavam uma “abordagem psicanalítica na formação dos psicólogos que atuam no serviço” do CREAS; ainda apontavam que “31% dos psicólogos indicam que deficiências na formação (falta de conteúdos, disciplinas, estágios sobre o tema) comprometem sua atuação, por não se sentirem preparados para operar as políticas” (CFP, 2009, p. 31).

Refletimos, assim, que as profissionais de Psicologia consideraram que sua formação não lhes possibilitou o conhecimento suficiente para a prática profissional na área da assistência social, conseqüentemente, menos ainda para a atuação no CREAS.

Referimo-nos ao **Serviço Social** por meio das falas:

[...] na própria formação profissional o conteúdo que é disponibilizado pela nossa grade curricular ele nos leva a pensar, compreender a realidade de forma ampla. A formação profissional ela possibilita justamente ter não só esse olhar, mas, essa compreensão que eu tenho, sair da minha formação sabendo que a gente sai de lá podendo atuar em qualquer área [...] (AS 1, 2015);

[...] eu me vi assim aprendendo com as pessoas que vem até nós, [...], então eu acredito que através dessa junção da procura teórica do conhecimento, reciclagens, eu acho assim que dá um reforço nesse saber profissional e mais essa questão do dia a dia, a prática [...] (AS 2, 2015).

Temos assistentes sociais, pesquisadas, que demonstraram conhecer e ter experiência na política de assistências social. Mas, enquanto uma reconheceu que teve um baixo aproveitamento acadêmico, a outra informou que a sua formação lhe deu as bases para atuar em qualquer campo profissional, porém, as duas reconheceram a necessidade de estarem em constante estudo da realidade que irão intervir. Também foi relatado que a prática do cotidiano de trabalho ensina outros tipos de aprendizado para o exercício profissional das assistentes sociais.

²¹ Pesquisa de campo realizada pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Percebemos no relato acima um exemplo da materialização das diretrizes curriculares do Serviço Social. A profissão possui três núcleos de fundamentação que possibilitam ao profissional refletir a totalidade da sociedade de forma mais ampla, são os Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Desse modo, fica demonstrada uma formação que acrescenta uma totalidade de conhecimentos que contextualizados historicamente produzem uma formação generalista (ABEPSS, 1996).

Considerando, brevemente, a história da profissão, o Serviço Social se legitima na divisão social do trabalho como uma profissão que atende determinadas demandas sociais, sejam elas institucionais ou não, assim, instituindo-se como uma profissão que atua nas diferentes e diversas expressões da questão social (NETTO, 1986).

O Serviço Social avançou dentro de instituições públicas como profissionais especialistas atuando na área das políticas públicas. Historicamente, a profissão desenvolveu uma prática profissional que possibilitou uma especialização da profissão para uma intervenção dentro das políticas sociais (SPOSATI, 1998).

A inserção do assistente social se dará historicamente nas duas dimensões: numa, para dar conta, com outros profissionais, da face assistencial das políticas de corte social; noutra, como o agente primordial dos programas de assistência social pública (SPOSATI, 1998, p. 39).

Todavia, o caminho em direção à construção de um projeto profissional mais crítico e progressista que favorecesse uma intervenção na direção da garantia de direitos de cidadania passou, desde a sua implantação, no Brasil, como profissão em 1936, por vários períodos diferenciados teórica, metodológica e politicamente.

A partir da década de 1960, grupos de assistentes sociais passaram a questionar a natureza e operacionalidade do Serviço Social, inclusive questionando a validade do seu corpo teórico, isso resultou em um processo de reconceituação do Serviço Social que buscou superar as formas tradicionais do exercício profissional fundamentadas em concepções humanistas e religiosas (AGUIAR, 1985).

Após o auge do processo de reconceituação ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, que possuía um conteúdo reformista e conservador, o Serviço

Social avança em seus questionamentos teóricos buscando uma perspectiva mais crítica. A chamada intenção de ruptura a partir do final da década de 1970, tendo seu progresso nos anos 1980 do século XX, sinalizou as bases sociopolíticas para uma perspectiva hegemônica do corpo profissional em uma conjuntura de transição democrática brasileira, consolidando-se um projeto profissional com caráter teórico-crítico para a profissão (NETTO, 2015).

Quanto à área da **Pedagogia**, vejamos algumas falas: “[...] eu não tive nenhuma disciplina ou a iniciação que me desse o enfoque no social, eu fui pautada para trabalhar na educação formal [...]” (PED 1, 2015);

[...] dentro da faculdade a minha formação ela era totalmente voltada pra escola, meus estágios, toda a minha vivência era toda voltada pra escola, aí de repente, quando eu me formei eu acabei vindo parar na assistência, então eu cheguei aqui sem conhecimento nenhum [...] (PED 2, 2015);
[...] o que me ajudou a trabalhar na área social, eu entrei na FUNPAPA, eu era auxiliar técnica, e aí eu fui aprendendo na assistência, o quê que eu fiz com o saber formal da minha formação de pedagogia mais a minha vivência no campo social eu fui fazendo a ponte (PED 1, 2015).

As evidências empíricas nos levam identificar que as pedagogas revelaram que a sua formação profissional foi voltada para o campo da educação formal, para a realidade das escolas; deram ênfase ao aprendizado empírico que a prática no trabalho no CREAS foi possibilitando. Expuseram que foi construindo seu fazer técnico no CREAS por meio do cotidiano de trabalho.

Sendo o curso de Pedagogia instalado em Belém, em 1954 (UFPA, 2010), a profissão vai inserindo-se no campo social das políticas públicas adquirindo uma prática educativa não restrita à escola e como espaço propício para a sua atuação profissional, porém a partir da década 1990 do século passado, vemos os debates sobre a importância da Pedagogia Social em outros espaços além do campo da educação formal, sendo possível analisar que as pedagogas e os pedagogos passaram a ser requisitados em outras políticas públicas para além das escolas, como para o campo da assistência social (LIBÂNEO, 2006).

Passando ao *diálogo entre profissões*, partimos da reflexão de que diálogo, interação, integração, cooperação, são categorias que expressam o exercício de Interdisciplinaridade (FAZENDA, 1996), temos conhecimentos disciplinares que para interagir, integrar conhecimentos, cooperar, antes responde a exigências do campo da intervenção profissional que requerem competência, compromisso,

responsabilidade para uma correlação de forças inseridas em uma conjuntura de contradições sociais.

As profissionais são levadas a construir alternativas possíveis ao exercício da Interdisciplinaridade, porém, não se constroem alternativas sem que se contemple um desenvolvimento do trabalho que ofereça

[...] as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras necessárias para execução da assistência social; as competências e atribuições próprias de cada profissão; e os meios e instrumentos necessários ao exercício profissional (CFESS, 2010, p. 4).

Portanto, condições de trabalho, técnicas e éticas, o domínio de competências e atribuições profissionais são fundamentos para o bom desenvolvimento da prática interdisciplinar em um espaço de trabalho.

Considerando que cada profissão é uma divisão do conhecimento, cada profissão percebe apenas uma parte da realidade e perde a visão do todo. Então, a Interdisciplinaridade possibilita uma análise em conjunto do todo num processo histórico que exige diálogo, interação, integração, cooperação no espaço de trabalho (WANDERLEY, 1986).

As particularidades desse encontro para o exercício do diálogo, interação, integração, cooperação no espaço de trabalho do CREAS revelaram algumas determinações que se inscrevem no contexto das próprias relações de trabalho. Vejamos algumas falas:

Muito difícil, eu não sei se é por uma questão de abordagem, mas eu não consigo, assim eu vejo algumas intervenções que eu acho que são muito invasivas [...] a questão são as abordagens sabe? (PSI 1, 2015);
Olha é um diálogo que às vezes ele é fluido, às vezes ele não é tão fluido, e a gente precisa avançar, e para avançar é preciso ter a escuta necessária e também o exercício da fala, são saberes que precisam encontrar essas intersecções, essas esquinas que se encontram [...] (PSI 2, 2015);

[...] seja o psicólogo seja o assistente social, a natureza não é terapia, mas é acompanhamento sistemático, é psicossocial que não tem nada a ver com a terapia e, então, é necessário, realmente de fato ter clareza esse profissional que vem para cá porque senão o diálogo fica difícil (AS 1, 2015);

[...] eu vejo, assim, muito positivo porque eu percebo realmente que se interliga, antes de mais nada tem que ter disposição do profissional, é importante essa relação dele assistente social com o psicólogo, com a pedagoga, então, eu percebo que tem muita boa vontade dos técnicos de

terem uma relação boa não só como colegas, é importante você estar bem, se relacionar bem [...] (AS 2, 2015).

Analisando os dados encontramos expressões que expressam alguns conflitos entre as profissionais. Algumas revelam boa relação interpessoal com sua equipe de trabalho, enquanto outras revelam uma relação conflituosa no trabalho. Importante refletir que as que revelam bom relacionamento no trabalho o apresentam como uma intenção de boa convivência no trabalho. Observamos que elas não aprofundam a interação entre conhecimentos disciplinares, são apenas ligados às conversas corriqueiras sobre o cotidiano de trabalho e algumas às relações de amizade entre as profissionais devido ao longo tempo de trabalho juntas no mesmo CREAS.

Quanto aos conflitos, a palavra mais recorrente foi “difícil”. Ponderamos, assim, que as disciplinas que correspondem, sociologicamente, a corpos sociais organizados entre os quais existem um jogo de rivalidades, competições e poder são dificuldades reais nos CREAS. Um desejo no corpo profissional de dominar o conhecimento. Isso nos parece ser o comum nos relatos, não se aprofunda o diálogo devido aos conflitos de abordagens e domínios de conhecimentos (JAPIASSU, 1976).

Analisando as referências sobre abordagens teóricas nas entrevistas, refletimos que alguns conflitos aparecem nas entrevistas, justificados pelo uso das diferentes abordagens teóricas, visto que as profissionais não conseguem expressar teoricamente as suas abordagens, não conseguem dialogar sobre suas diferenças metodológicas.

No que se refere às abordagens teóricas, nos relatos foram comuns que um dos conflitos entre Psicologia e Serviço Social, expostos nos dados, passam pelo campo de diferenças relacionadas ao uso da psicoterapia pelas psicólogas e pelo atendimento social repleto de inquirições e encaminhamentos sucessivos das assistentes sociais.

Considerando a precarização do trabalho no CREAS, observamos que foi muito enfatizado pelas profissionais a falta de tempo devido à grande demanda e carga de trabalho, já citadas. Assim, para desenvolver uma intervenção conjunta, entre diferentes profissões, exigir-se-á dos sujeitos que compreendam a natureza de sua profissão, para que não haja ecletismo no domínio de teorias ou uma confusão

metodológica e de atribuições durante os processos interventivos, necessitam aprender os fundamentos e as definições específicas às suas profissões, bem como compreender as regulamentações específicas ao trabalho (GUERRA, 1999).

O Conselho Federal de Psicologia apresenta como princípios norteadores da prática das psicólogas e dos psicólogos no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência atendidas na assistência, que possuam uma formação pessoal e profissional mais crítica, que conheçam sua legislação profissional e os marcos legais para embasarem sua ação, e possam ser capazes de reinventar suas práticas, e que tenham uma postura pessoal proativa que busque uma permanente formação continuada (CFP, 2009, p. 76-77). Trazemos esses princípios como domínio comum para nortear os conflitos que possam surgir nos espaços de trabalho.

Não basta a intencionalidade, ou a boa vontade para alcançar a Interdisciplinaridade. Faz-se necessário um domínio de conhecimentos específicos da formação disciplinar de cada profissão, pois questões referentes às competências e atribuições profissionais podem gerar discordâncias profissionais que podem se tornar obstáculos a uma intervenção interdisciplinar. A segurança de seus fundamentos teóricos e metodológicos possibilita uma abertura tranquila e segura para interagir com outras disciplinas e propor uma intervenção conjunta na realidade social.

Considerando o tempo de trabalho; podemos discorrer que o tempo de convivência e experiência no trabalho proporciona que o relacionamento entre as profissionais seja mais suscetível ao diálogo e interação entre as diferentes abordagens, porém com caráter multidisciplinar. Não identificamos que este tempo de convivência e experiência nos CREAS pesquisados tenham concretizado a Interdisciplinaridade, um pressuposto de trocas disciplinares é fundamental na perspectiva de Interdisciplinaridade (FAZENDA, 2008).

Convergir metodologias no campo do espaço de trabalho que predispõe a Interdisciplinaridade requer algumas etapas ao processo: primeiro, constitui-se uma equipe de trabalho, um grupo com diferentes especialistas que possua uma organização e um objetivo comum; segundo, a equipe precisa acordar conceitos-chaves que irão dividir uma mesma linguagem para a ação; terceiro, se estabelece uma situação específica sobre a qual se irá intervir; quarto, dividem-se as tarefas, as responsabilidades que cabem a cada disciplina, suas funções e papéis para intervir

na situação; e quinto, apresenta-se em conjunto os resultados do trabalho pelas disciplinas (JAPIASSU, 1976).

3.4. ESPAÇO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DE INTERDISCIPLINARIDADE

Discorrer sobre esse campo de relações entre profissões, nos leva analisar essas relações no espaço do CREAS, e tentar compreender como as profissionais encontraram para sua intervenção nesse espaço as formas para trocar informações, para comunicar-se em uma perspectiva de Interdisciplinaridade. Portanto, são fundamentais para a apreensão desse lugar de encontro entre profissões pensar que o exercício, a prática de uma determinada profissão envolve “[...] um saber ser ético, um saber fazer e um saber pensar com teorias, processos e resultados socialmente aceitos” (FALEIROS, 2013, p. 240).

Considerando as respostas das profissionais durante a pesquisa, buscamos analisar o significado das expressões que surgiram. As profissionais usaram com dominância expressões como: conversa, discussão, reunião para definir o que acreditavam ser uma perspectiva da Interdisciplinaridade, conforme evidenciam alguns relatos das profissionais pesquisadas:

DADOS	PROFISSIONAIS
Persevera, pequenos momentos de conversa, reunião sobre os serviços.	“Olha a gente persevera, seja nos pequenos momentos quando o colega chega e traz uma situação para que a gente converse sobre, seja quando a gente reúne para falar dos serviços; semana passada nós tivemos uma reunião entre o PAEFI e a medida para conversar dos serviços [...]” (Psi 2).
Disponibilidade, superar dificuldades de relacionamento, reuniões de discussão de casos.	“[...] mas tem essa questão dessa disponibilidade que nós temos de superar, dificuldades de relacionamento, de procurar fazer reuniões, momentos de discussão dos casos, então eu acho que realmente é necessário, como eu te falei, esses momentos que nós temos de discussão de casos [...]” (As 2).
Discussão nos estudos de caso. Psicossocial.	“[...] seria um momento, assim, primordial que são os estudos de caso, nós atendemos, enfim a violação de direitos e esse momento nosso de intervenção, de discussão que seria o estudo de caso, é justamente nesse momento que cada profissional vem com o seu saber [...] a gente consegue assegurar o psicossocial que é o que eu tô mais próxima hoje com a pedagoga [...]” (As 1).

Espaço de conversa, discussão de casos, reuniões de trabalho.	“[...] eu acho que não existe um espaço para gente sentar, conversar, abrir a discussão, a gente não consegue discutir caso [...] não existem reuniões periódicas, nem para discussão de caso, nem para discutir <i>interdisciplinariedade</i> , e nem pra discutir a dinâmica do próprio espaço, não temos, não existe [...]”(Psi 1).
No estudo de caso, as formações apresentam seus saberes.	“Considero que sim [...] o estudo de caso, quando tu tens uma situação que tu discute, tu já consegue perceber porque os profissionais vão precisar se colocar de acordo com as suas formações [...] nós vamos precisar pensar possibilidades para o Rafael, e vai sair da onde? Da nossa formação profissional, quando tu estás estudando esse caso, tu já percebes que a interdisciplinaridade ela perpassa [...]” (Ped 1).

Quadro 4 - Relações entre profissões

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As profissionais ao serem indagadas se no CREAS existia um espaço para a Interdisciplinaridade informaram que existia alguns momentos de encontro para discussão e conversa sobre os casos atendidos; informaram que esse espaço se traduz nos momentos de conversa sobre os serviços, discussão de casos, reuniões de trabalho, momentos de discussão sobre as dificuldades de relacionamento da equipe, atendimento psicossocial. Esses momentos foram considerados como interdisciplinares. Momentos em que as profissionais persistem e se colocam em disponibilidade para a interação e que esse tempo só é possível com a insistência ou perseverança das profissionais que se dispõem para preservar esses momentos de “conversa”.

Algumas falas continuaram a afirmar a falta de tempo para a discussão dos casos em acompanhamento, devido à demanda grande de trabalho e poucos profissionais para os serviços, sinalizando que a precarização desse trabalho interfere nas possibilidades de espaço de discussões.

O espaço mais citado como propício para a discussão em equipe é o momento do estudo de caso. O estudo de caso é considerado como o momento dominante de Interdisciplinaridade, o momento que as profissionais trocam experiências das suas formações profissionais. Desse modo, a análise das respostas nos leva a inferir que a *perspectiva de Interdisciplinaridade é comparada com conversa e discussão sobre a execução dos serviços, discussão dos*

acompanhamentos dos indivíduos e famílias atendidos, reuniões de equipe de trabalho.

As análises empíricas acima nos levam a considerar relevante neste momento voltar à concepção de Interdisciplinaridade, compreendendo melhor a disciplinaridade. Há uma necessidade de compreender “o que vem a ser uma disciplina”. Considerando o conhecimento científico sobre a natureza e a realidade social desenvolvido ao longo da instituição das ciências exatas e as humanas, consideramos que as disciplinas representam um campo de conhecimento científico. Algumas características da natureza das disciplinas científicas são apontadas como: seu “domínio material” que as faz terem um objeto específico de estudo; possuem um ângulo específico de estudo do seu objeto; possuem um “nível de integração teórica” que as leva a possuírem conceitos fundamentais e unificadores que podem explicar os fenômenos de seus estudos; assim, desenvolvem métodos próprios para compreender e transformar esses fenômenos; possuem “instrumentos de análise”; as disciplinas são aplicadas profissionalmente; e possuem “contingências históricas”, o que significa dizer que possuem um processo de evolução histórica que as leva a momentos de transição e mudança (JAPIASSU, 1976, p. 59-60).

[...] o que podemos entender por *disciplina* e por *disciplinaridade* é uma progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo. Uma disciplina deverá, antes de tudo estabelecer e definir suas fronteiras constituintes. Fronteiras estas que irão determinar seus objetos materiais e formais, seus métodos e sistemas, seus conceitos e teorias. Ora falar de interdisciplinaridade é falar de interação de disciplinas (JAPIASSU, 1976, p. 61) (grifos do autor).

Busca-se uma relação, um intercâmbio, colaborações que façam as disciplinas dialogarem entre si e cooperarem com as expressões das questões sociais que perpassam suas profissões disciplinares. Ir além da fragmentação, um “[...] esforço de reconstituição da unidade do objeto que a fragmentação dos métodos inevitavelmente pulveriza” (JAPIASSU, 1976, p. 67).

Dessa maneira, como um combate à filosofia positivista, no campo das ciências humanas, significa reencontrar a unidade do fenômeno humano. O interdisciplinar seria então uma perspectiva de integrar conhecimentos que respondam a demandas específicas ou totais de uma realidade.

[...] O processo integrativo se faz pela *comparação* dos resultados atingidos por uma disciplina com os resultados dos fornecidos por outras disciplinas, pelo *confronto* dos pontos de vista ou enfoques diferentes; numa palavra, essa interação pode ir da simples comunicação das ideias à *integração* mútua dos conceitos-chaves, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados, da organização da pesquisa e do ensino que daí resulta (JAPIASSU, 1976, p. 71) (grifos do autor).

Percebemos, então, que um espaço público que proporciona o espaço para a Interdisciplinaridade vai além de meras conversas, reuniões ou discussões entre as profissionais com conhecimentos disciplinares específicos.

Desta maneira, passaremos a definir alguns conceitos sobre as ações citadas como interdisciplinares. Primeiro, trataremos o diálogo como uma conversa mais longa e profunda sobre determinado tema; o diálogo é aprofundado, rebuscado, diferenciamos, assim, o diálogo de uma conversa corriqueira, rápida no encontro de uma equipe de trabalho, seja ela uma reunião ou um estudo de caso. O diálogo vira, então, uma característica fundamental da relação interdisciplinar (FAZENDA, 1996). Segundo, diferenciada a conversa do diálogo mais profundo, vamos reunir as atividades em tópicos:

- Reuniões de execução dos serviços e equipe de trabalho:

Considerando a discussão sobre execução de serviços, as profissionais citaram a reunião como espaço do interdisciplinar. Refletimos que a reunião como instrumento de trabalho profissional pode ser um espaço coletivo de discussões sobre vários temas e seu uso pode acontecer com diversas finalidades e objetivos, vejamos o que diz Santos (2012):

Considera-o instrumento porque socializa interesses que estão em jogo, as relações entre os seus membros, sendo empregado para dar visibilidade e para trabalhar com estas relações de poder, bem como com a socialização de determinadas informações (SANTOS, 2012, p.25).

Deste modo, inferimos que podendo ocorrer uma reunião entre vários sujeitos (público atendido ou profissionais) e com diversos objetivos e finalidades para socialização de algum tipo de informação no espaço de trabalho; em se tratando do relato das profissionais nos CREAS, podem ser consideradas práticas multidisciplinares, mesmo sem grande aprofundamento teórico.

Estas reuniões, segundo os relatos, são para discutir execução de serviços, conflitos, tomadas de decisões, e podem proporcionar a multi ou pluridisciplinaridade. Reuniões, mesmo que para tomada de decisões coletivas, pressupõem que alguém irá coordená-la, exercer poder sobre as discussões, e mesmo que este instrumental exija competência teórica e política, são reuniões consideradas pluri ou multidisciplinares, só poderão ser consideradas interdisciplinares, se de fato envolverem, no caso dos CREAS, mais do que simples resoluções de problemas relacionais e dos serviços, quando estas reuniões possibilitarem a troca e o diálogo como atitudes de busca pela Interdisciplinaridade (FAZENDA, 1996), aprofundando a convergência sobre concepções teóricas do exercício profissional de forma que todos os sujeitos envolvidos sejam partícipes das decisões propostas.

-Discussão dos acompanhamentos dos indivíduos e famílias atendidos:

Podemos chamar os acompanhamentos de famílias e indivíduos de *estudo de caso e atendimento psicossocial*, e considerá-los como principais instrumentos profissionais para os CREAS.

Portanto, entendemos que o estudo de caso nos CREAS, trata-se de uma estratégia metodológica que possibilita o planejamento de ações, acompanhamento da evolução dos atendimentos, criação de outros instrumentais para intervenção, compartilhamento ou troca de informações para diagnósticos (CFP, 2009), e claro, exige o diálogo aprofundado, uma possibilidade de prática interdisciplinar para os CREAS.

O *atendimento psicossocial* no que se refere aos acompanhamentos das profissionais de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, sugere uma prática da integralidade. Um olhar compartilhado sobre a situação trazida aos profissionais, uma forma de atenção integral sobre a situação vivenciada pelo indivíduo ou família que chega ao CREAS. Já vimos neste capítulo que a ação psicossocial surge na área da saúde mental, para o CREAS é absorvida como possibilidade terapêutica às vitimizações das violências atendidas pelos profissionais que considera os sujeitos em suas múltiplas dimensões (GONÇALVES e FIORE, 2011). O momento que há a necessidade de a equipe sentar e conversar sobre uma situação específica de cada acompanhamento que requer um atendimento em dupla e a execução desse atendimento em conjunto, na sua maioria entre psicólogas e assistentes sociais, se

tornará o atendimento psicossocial, podemos considerá-lo uma possibilidade de prática interdisciplinar para os CREAS.

Falamos em possibilidades de uma prática interdisciplinar, pois estes dois instrumentais utilizados nos CREAS proporcionam um espaço com tempo e qualidade para o exercício da convergência de conhecimentos sobre as estratégias de acompanhamentos para as famílias e indivíduos atendidos nos serviços. Todavia, nem sempre são executados com o tempo e a qualidade devidas, por motivos já discutidos, fazendo com que se tornem acompanhamentos pluri ou multidisciplinares, conforme verificamos nos relatos de experiências das profissionais.

Observamos que trabalhamos com significados empíricos inferidos da análise sobre as entrevistas, e pontuamos que conceituar estudo de caso e atendimento psicossocial, é tema que requer um aprofundamento teórico maior que não serão objetos desta pesquisa.

Inferimos, assim, que nos CREAS pesquisados apresentam-se possibilidades para o espaço de trabalho na perspectiva de Interdisciplinaridade, como o estudo de caso e o atendimento psicossocial. Todavia, são necessários aprofundamentos que desenvolvam maior aproximação dessa perspectiva como espaços que deveriam ser momentos de busca de interagir suas autonomias disciplinares; momentos para discutir projetos articulados e convergentes; momentos de busca teórica da totalidade do conhecimento respeitando as especificidades das disciplinas (ALVES, 2008).

3.5. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Buscamos nesta pesquisa capturar alguns indícios que pudessem descrever nos CREAS intervenções consideradas interdisciplinares, para isso solicitamos diretamente às profissionais que pudessem descrever algumas ações que tivessem participado que tivesse a perspectiva de Interdisciplinaridade.

Vejamos alguns dos relatos de experiência:

[...] a gente tem os nossos momentos em conjunto, porque a gente faz um acompanhamento individual [...] enquanto assistente social eu faço a minha intervenção, o meu acompanhamento individual e familiar, só o assistente social, em outros momentos a psicóloga faz também a intervenção dela

individual e familiar e outros momentos a gente vem acompanhando a situação e vem avaliando, a gente vê a necessidade de estarmos as duas fazendo esse atendimento em conjunto com aquela família ou individual [...] o psicossocial, que a intervenção ela vem se dando em conjunto, mas há um momento pra gente avaliar quando ele vai acontecer [...] (AS 1, 2015).
 [...] momentos de discussão dos casos [...] esses momentos que nós temos de discussão de casos, os técnicos envolvidos em cada caso [...] nós temos esses momentos que se trata de ações, muitos referentes a casos que atendemos, onde podemos melhorar, o que podemos fazer para sermos mais efetivos no nosso trabalho, [...] (AS 2, 2015).

Os relatos trazem novamente os atendimentos em conjunto das assistentes sociais e psicólogas. Essa intervenção conjunta aparece de duas principais formas nos relatos: o estudo de caso e o atendimento psicossocial, já citados no subitem 3.4. Sendo esses os momentos onde as profissionais conseguem avaliar, discutir e propor ações para as situações atendidas. Porém, foi dominante nos relatos que a maioria dos acompanhamentos são monodisciplinares, pluri ou multidisciplinares.

As descrições das intervenções comparadas à Interdisciplinaridade confundem-se com o cotidiano, o “fazer” diário de trabalho. Assim, uma reunião de trabalho, uma reunião de equipe, visita domiciliar são reproduzidas como interdisciplinares pelo fato de se trocarem informações entre si e estarem as profissionais reunidas, caracterizando-se como pluri ou multidisciplinares, posto que:

[...] geralmente quando, para solucionar um problema complexo da prática, são necessários conhecimentos de vários especialistas. Uma confusão muito comum, na área acadêmica, é dizer que se realiza uma atividade interdisciplinar, quando na verdade o que colocamos em ação é a colaboração interprofissional para a solução de problemas ou para execução de um programa que requer a presença, por exemplo, do assistente social, do operador de direito, do médico, do psicólogo, e assim por diante. Nesses casos, não estamos diante de disciplinas propriamente ditas, mas sim de campos de conhecimentos e práticas como o Serviço Social, a Saúde Coletiva, a Medicina, em que as especialidades profissionais se encontram e cooperam (MINAYO, 2010, p. 436).

Avancemos a outros relatos:

[...] mas teve uma situação que foi muito legal, a gente conseguiu conversar, os nossos pensamentos, as nossas intenções em relação aquele atendimento eles conseguiram conversar. Que foi o caso de uma adolescente que estava em conflito com os pais [...] a gente conseguiu se entender naquele momento, no atendimento da adolescente [...] e a gente conseguiu se entender, porque a gente estava com o olhar no mesmo foco [...] no mesmo dia a gente fez uma preparaçõzinha rápida, aquilo que a gente ia fazer de forma que a gente não colocasse a menina em risco [...] (PSI 1, 2015);

[...] é o psicossocial que nós atendemos recentemente, uma situação de uma adolescente em acompanhamento de uma violação no âmbito da violência psicológica e física praticada pelos pais [...], nós acompanhamos a situação de forma individual e também psicossocial e chegou num momento de um atendimento, de um acompanhamento familiar [...], de um acompanhamento em conjunto, eu e a psicóloga com a adolescente, e que fez nós duas, na nossa competência, refletirmos sobre a nossa intervenção [...], essa intervenção conjunta refletindo sobre a demanda. A situação fez com que nós duas articulássemos a rede, [...] acionamos o espaço de acolhimento, conselho tutelar, outro espaço de acolhimento para garantir de fato a não violação desse direito que poderia chegar a um assassinato, e essa adolescente foi encaminhada e conseguimos fazer com que ela fosse acolhida naquele mesmo dia [...] (AS 1, 2015);

[...] Posso te citar com a assistente social foi a situação do Tiago de 14 anos, vendedor de bombons, que estava em situação de trabalho infantil [...]. No nosso primeiro acolhimento identificamos, e no segundo acolhimento nós fizemos com o assistente social, onde nós escutamos essa família no sentido de dizer como foi que o Tiago chegou até eles [...]. Quando nos escutamos, nós fizemos a orientação [...]. Quando nós sentimos a necessidade, por exemplo, porque que eu senti a necessidade do assistente social, porque ele não era filho biológico, quais são os procedimentos legais para que ele fique de forma oficial na família? O assistente social me dá [...], troca de saberes, na minha compreensão é a troca de saberes, é dentro de cada formação acadêmica onde nós podemos potencializar a situação conflito que chegou até nós [...] (PED 1, 2015).

Citadas como ações interdisciplinares, observamos que esses atendimentos sugerem algumas etapas para o atendimento em dupla. Primeiro, as profissionais verificam a necessidade para o atendimento em dupla. Segundo, elas precisam conversar sobre o caso para verificar as demandas e os encaminhamentos necessários. Terceiro, precisam articular uma rede de outro serviço. Quarto, precisam realizar os encaminhamentos acordados, o desfecho do atendimento em dupla.

Essas etapas demonstram que há conhecimentos disciplinares em interlocução. Porém, como já apresentamos a falta de tempo interfere para aprofundar e sistematizar essas interlocuções.

Portanto, nos relatos acima, a descrição positiva dos acompanhamentos, revelam, a disponibilidade que as profissionais têm para interagir, porém, lhes são exigidas soluções e encaminhamentos imediatos, que segundo os relatos, são quase sempre para situações que requerem atenção urgente. Existe uma cultura de demanda elevada de trabalho, de poucos profissionais, e de urgência de respostas às situações de vitimizações de graves violências atendidas nos CREAS, isso leva a dificuldade ou obstáculo de tempo para o diálogo aprofundado e sistematizado sobre os casos e estudos e a troca de conhecimentos das formações profissionais. Na

contra-corrente dessa cultura, seria necessário construir uma cultura do interdisciplinar.

Porém, compreendemos que existem indícios de aproximações de práticas interdisciplinares, embora ainda não possuam uma coerência e consistência teórico-metodológica necessária à Interdisciplinaridade (FRIGOTTO, 2008).

Segundo Fazenda (1996), é necessária para o exercício de interdisciplinaridade uma atitude que busca a abertura de uma nova prática, uma ação intencional.

[...] Penso, decido e parto para agir; isto é atitude. Está relacionada, também, aos movimentos ocorridos na história de vida, baseada em vivências, intuições, desejos, conceitos, crenças e relações estabelecidas cotidianamente, ou seja, está intimamente ligada a minha identidade pessoal. Ao revelarmos a interdisciplinaridade como atitude, esta nos convoca a refletir sobre as possibilidades de uma ação que promova a parceria e a integração, e este movimento implica o difícil exercício do conhecer-se, [...].

Necessitamos, para tanto, de um sentido de tempo e desejo, traduzindo-nos persistentes. A atitude, portanto, revela-nos uma ação onde se tem, previamente, uma consciência de si, refletida na consciência de algo; uma intencionalidade. (MIRANDA, 2008, p. 119-120).

Existe a intencionalidade na dominância das falas das profissionais, todavia, bem mais do que atitude, ou intenção, consideramos importante tratar a Interdisciplinaridade dentro do tecido histórico que produz o conhecimento científico; e a intervenção na realidade com intencionalidade também exige considerar além das características tradicionais da Interdisciplinaridade: a capacidade de integrar diferentes conhecimentos disciplinares, reunir, fundir as dimensões particulares de uma intervenção conjunta podem ser consideradas dentro das mediações constituintes das relações sociais e econômicas para o desenvolvimento de uma práxis política (VÁZQUEZ, 2011).

Sendo a “práxis” uma unidade dialética entre teoria e prática, o agir profissional por meio da práxis é um agir que busca a compreensão do contexto histórico (VÁZQUEZ, 2011) e possibilita o uso da Interdisciplinaridade, não como uma perspectiva de união harmônica entre profissões com seus conhecimentos disciplinares, mas um convívio entre diferenças que não significa diluir conflitos, mas uma perspectiva que possibilite um diálogo e integração que proporcionem uma indissociável relação entre teoria e prática no exercício das profissões.

É a capacidade de apreensão das possibilidades que a realidade pode oferecer para se desenvolver Interdisciplinaridade. E que este exercício de Interdisciplinaridade requeira uma racionalidade de que a práxis

[...] é portadora, construída movimento histórico, preche de continuidades e rupturas, que permite aos sujeitos conhecerem as conexões racionais da realidade e as mobilizarem para o alcance das suas finalidades [...] enquanto consciência das possibilidades objetivas e subjetivas da ação humana (GUERRA, 1999, p. 191).

Implica dizer que inferimos uma Interdisciplinaridade como possibilidade de prática social que pode responder as demandas práticas do trabalho por meio de uma perspectiva de totalidade que se move num meio e ambiente contraditório, complexo e histórico, como o CREAS.

A relação entre diferentes profissões requer intersecções em uma prática que possibilita o exercício de Interdisciplinaridade no espaço de trabalho e que proporcione aos seus sujeitos profissionais apreenderem que são sujeitos trabalhadores, que exercem suas profissões numa divisão social e técnica do trabalho numa sociedade de relações capitalistas, e que ao se apropriarem da perspectiva de Interdisciplinaridade na sua práxis profissional buscam uma forma de emancipação para as necessidades de outros sujeitos, público de seu exercício de trabalho.

Representando a reflexão acima, explicitamos por meio de uma ilustração nossa inferência:

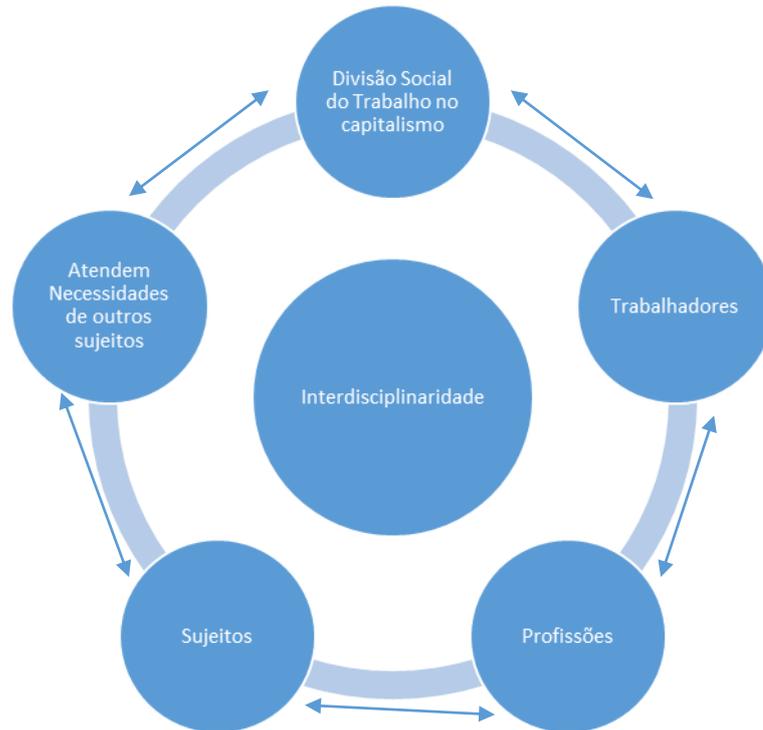


Figura 4 - Relações teóricas para o exercício de Interdisciplinaridade
Elaboração: Ediane Jorge.

Parafrazeando Lowy (1994), que comparou o cientista ao “pintor de uma paisagem”, o profissional irá pintar a Interdisciplinaridade do lugar teórico que adotou ao seu exercício de intervenção. A Interdisciplinaridade vista do lugar de uma “práxis” pode abrir caminho a uma zona de integração, sistematização, consenso e convergência teórico-metodológica que possibilite uma paisagem aproximada do real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto investigado, a relação do Serviço Social como profissão mediatizada pela ação/intervenção do assistente social durante a atuação conjunta com outros profissionais da área social em uma perspectiva de interdisciplinaridade no espaço de trabalho do Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS em Belém, trouxe alguns desafios para o alcance dos objetivos iniciais propostos.

Considerando o objetivo específico: verificar a importância da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no processo de encontro e troca de saberes entre profissionais no CREAS e para a intervenção profissional do assistente social, posso dizer que foi um desafio refletir sobre as dificuldades relacionadas à conceituação teórica da Interdisciplinaridade. Foram diferentes autores com diferentes concepções teórico-metodológicas para a perspectiva, que mesmo sendo objeto de investigações acadêmicas intensas a partir dos anos de 1960 e 1970, ainda, parece ser conceito em construção por diferentes abordagens.

Saber identificar e analisar o encontro de saberes profissionais que nascem de uma formação universitária, de um saber socialmente construído, que envolve conceitos, categorias, habilidades, ações, instrumentos e técnicas diferenciados para uma intervenção interdisciplinar entre assistentes sociais, psicólogos e pedagogos nos CREAS em Belém, representou o desafio de apreender as aproximações sucessivas sobre como a Interdisciplinaridade pode ser concretizada pelas profissionais para atender as demandas da Política de Assistência Social nos CREAS, um conhecimento disciplinar que é requisitado pelo Estado e que se encontra em um espaço de trabalho.

Até aqui eu posso dizer que encontrei aproximações de práticas interdisciplinares no espaço de trabalho do CREAS, assim, adotar a perspectiva de Interdisciplinaridade é possível quando se constroem condições objetivas para seu exercício. No caso específico do CREAS em Belém, considero que a principal perspectiva adotada ainda é a multidisciplinaridade, ficando ainda no campo de uma interação não sistematizada, as cooperações e trocas de conhecimentos ficam nos limites das fronteiras e no campo da superficialidade.

Os acompanhamentos das famílias e dos indivíduos atendidos por meio dos estudos de casos e atendimento psicossocial aparecem como interações importantes para a concretização da prática interdisciplinar. As diferentes profissionais que compõem a equipe de trabalho do CREAS compreendem, agem, reagem e se movem com disponibilidade para o diálogo e integração, porém, existem determinações universais que implicam na atuação dessas profissionais, como a precarização do trabalho nos CREAS, exemplificada pelas grandes demandas e pouco tempo para acompanhamentos de qualidade, que podem ser considerados obstáculos ao aprofundamento de diálogos e trocas entre os campos dos conhecimentos disciplinares.

Considerando os resultados desta dissertação, a prática profissional exercida nos CREAS é perpassada por duas perspectivas, a multidisciplinaridade enquanto existência real das relações entre profissões, e a interdisciplinaridade como possibilidade mais próxima do alcance das convergências e integrações entre as profissões no CREAS, portanto, não aprofundamos as concepções sobre a transdisciplinaridade.

Observo que não pude avançar em um debate mais crítico sobre a área da pós-modernidade onde é muito discutida a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, mas pontuo que este é um debate necessário para pensar a interdisciplinaridade como uma prática que requer uma finalidade de emancipação humana, com finalidade ética e política para a ação da práxis.

Acrescento, ainda, que por ser a interdisciplinaridade tratada por diferentes campos teóricos, no campo da modernidade e na pós-modernidade, a maior parte de minhas referências foram do campo da pós-modernidade, parecendo-me que este debate se encontra um pouco distante de autores marxistas. Porém, minha reflexão foi embasada na teoria crítica-dialética. Sem deixar de considerar que a visão pós-moderna foi responsável pelo avanço, no Brasil, dos estudos científicos sobre a interdisciplinaridade, acredito que a perspectiva de totalidade pode possibilitar a finalidade emancipatória da humanidade, a ampliação de acesso a direitos pelas práticas interdisciplinares em espaço de trabalho que levem profissionais a dialogarem sobre projetos comuns.

Como reflexão conclusiva, considero que a Interdisciplinaridade necessita ser pensada a partir de uma totalidade (crítica histórico-dialética), na qual são necessárias condições objetivas, sociais e históricas para a sua concretude. Não há

como determinar uma forma do interdisciplinar, visto que ela se desenvolve em particularidades da história social, na materialidade, não é conhecimento absoluto, mas princípio norteador a uma realidade (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995).

A realidade de trabalho nos CREAS apresentou contradições de uma disciplinarização e fragmentação das Ciências Sociais alguns problemas e conflitos apareceram entre as profissões que se verificou como obstáculos às relações de encontro e troca entre os conhecimentos profissionais, no domínio das diferentes abordagens teóricas.

Analisar o conjunto requer compreender que estas relações em conjunto no trabalho são produtos de condições históricas e possuem limites e determinações dentro de condições específicas, as formas de ser determinadas nesta sociedade capitalista exigem um serviço público que se propõe a ser um espaço de intervenção interdisciplinar que pertence ao Estado, portanto, não posso incluir a interdisciplinaridade numa reflexão sobre o contexto da prática profissional entre profissões considerando-a como um meio de passagem a uma forma evolutiva do conhecimento, mas considerá-la como um processo histórico que pode possibilitar produção de conhecimento nas relações entre as profissões que visem transformações sociais e que proporcionem novas práticas por meio de uma perspectiva de Interdisciplinaridade crítica e com fundamento na história.

Este estudo, também, levou-me a uma aproximação provisória para significar que nesse contexto da prática profissional a perspectiva da interdisciplinaridade pode proporcionar aberturas entre profissões que levem:

- Ao diálogo aprofundado entre diferentes profissões que culmina para uma convergência e uma complementaridade entre as mesmas;
- A uma integração de conhecimentos específicos para uma intervenção na realidade;
- A uma “práxis” compartilhada e interativa na intencionalidade do desenvolvimento do ser social, que pode ser política.

Nas aproximações de práticas interdisciplinares dos CREAS em Belém, vimos que algumas condições objetivas dificultam o processo da

interdisciplinaridade, assim, o importante é que não se fragmente os sujeitos atendidos nos CREAS, mas que também se considere que por meio da interdisciplinaridade é possível a intencionalidade do desenvolvimento do ser social numa direção comum à integração das profissões. Desta maneira, considero que existe uma abertura na direção do diálogo entre assistentes sociais, psicólogas e pedagogas nos CREAS.

Como assistente social, ao realizar esta pesquisa, pude verificar que a dificuldade de tempo no trabalho para refletir a prática profissional em conjunto com as outras profissões, exige, além de uma disponibilidade subjetiva, uma condição favorável no trabalho que requer que a gestão oportunize o tempo para o encontro e diálogo, do *inter*, do *fazer-com-o-outro*.

Não sinto que consegui esgotar este objeto de estudo, nem seria possível, considero que no processo desta pesquisa, a necessidade de ir buscar na sociologia das profissões a melhor compreensão histórica das origens do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia para analisar melhor as suas relações e interações atuais como profissões necessárias no campo da Assistência Social, apareceu como necessidade à continuação desta investigação.

Compreendo que outras questões podem surgir pelas reflexões aqui organizadas, demonstrando que o processo é dialético e provisório. Reflito, também, que esta pesquisa me permitiu analisar que a relação com os colegas de trabalho da Psicologia e Pedagogia, como uma relação interprofissional que busca a interdisciplinaridade, exige, além do domínio de teoria e métodos específicos a cada profissão, um domínio do saber dialogar as diferenças com respeito e pluralidade entre estas relações.

Pondero que é importante que a essa essência da Interdisciplinaridade em suas múltiplas determinações acrescente-se uma análise da categoria abrangente da “práxis” (LUKÁCS, 2012) e suas formas “voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens”, pois os sujeitos profissionais possuem uma prática no CREAS que pode ser analisada como desenvolvimento do ser social. Dessa forma, torna-se necessário discorrer que por meio da “práxis” política apreenderemos o ser social como um ser que desenvolvido e articulado constitui-se capaz de “realizar atividades orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo,

consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e socializar-se” (BRAZ; NETTO, 2012, p. 53).

Sendo o homem ao mesmo tempo sujeito e objeto, e agente de sua própria transformação, como ser social (VÁSQUEZ, 2011), o profissional torna-se um ser que produz e projeta representações e símbolos (MARX, 1978) à sua intervenção no CREAS. Ser capaz de escolher alternativas concretas às demandas dos usuários de seus serviços por meio de uma perspectiva de interdisciplinaridade.

Apreendendo algumas aproximações das diferentes concepções sobre a Interdisciplinaridade, passei a refletir sobre a práxis considerando que o ser social pode ser tanto singularidade quanto universalidade, assim, o profissional pode vir a ser prático e social (NETTO, 1994) e apropriar-se da perspectiva de Interdisciplinaridade no trabalho pelo viés crítico-dialético.

Desta forma, considerando-se que o homem torna-se ser social através do processo de trabalho, conhecer as mediações e determinações múltiplas que produzem a realidade exigirá um processo de elaboração dos sujeitos profissionais envolvidos numa perspectiva da Interdisciplinaridade na qual as categorias teóricas tornam-se instrumentos de apreensão das determinações que constituem a realidade do objeto de sua intervenção.

Portanto, o ser social, ao tomar consciência para-si (NETTO, 1994), passa a existir no encontro e diálogo entre disciplinas e exige um estar aberto à outra possibilidade de interação entre sujeitos profissionais, e faz que estes profissionais estejam em constante interação sobre estratégias e intervenção em determinada situação apresentada pelo público do atendimento no serviço. Assim, exercer interdisciplinaridade requer uma formação continuada e uma abertura à compreensão do mundo por outros olhares.

O homem está no mundo, e pelo próprio fato de estar no mundo, ser agente e sujeito do próprio mundo, e deste mundo ser *múltiplo* e não *uno*, torna-se necessário que o homem o conheça em suas múltiplas e variadas formas, para que possa compreendê-lo e modificá-lo (FAZENDA, 1996, p. 47) (grifo do autor).

É a relação de troca *inter* conhecimentos, tratando-se da necessidade de se descobrir que podemos mudar incessantemente as coisas, portanto, podemos forjar fissuras em práticas petrificadas, rompendo relações hierarquizadas e alienadas para uma intervenção que busque ações transformadoras para a sociedade e que

culminem para um objetivo comum como resultado das relações interdisciplinares entre profissionais.

A pesquisa tem os seus limites, e não tenho a pretensão de responder a tudo, porém acredito que alcancei o que foi possível em um processo de múltiplas aproximações. Destarte, creio que minha contribuição introdutória ao debate da interdisciplinaridade passa por todas as reflexões já expostas no texto, mas incluo outra reflexão, de que nesse debate seja necessário incorporar uma finalidade ético-política ao exercício da interdisciplinaridade, uma finalidade a serviço da emancipação humana, assim, creio que seja necessário incorporar um projeto de sociedade que busque a transformação para além do campo técnico da produção de conhecimento.

As profissões aqui estudadas, em relação interdisciplinar, possuem seus projetos profissionais que foram, historicamente e diferenciadamente, na sua trajetória, construindo legados ao campo do conhecimento específico de cada uma, porém a perspectiva da interdisciplinaridade, penso eu, requer que estes projetos profissionais dialoguem na busca de objetivos comuns, por isso acredito que o caminho seja pensar coletivamente, cooperativamente finalidades comuns na direção da dimensão ídeo-política.

Significa analisar a perspectiva da interdisciplinaridade como um fazer-com-o-outro, uma forma de compreender e explicar o mundo. Portanto, não sendo fixas as relações homem e mundo, as relações em um dado espaço profissional, também, requerem um olhar múltiplo e uno sobre a realidade na qual se pretende intervir.

E nesse mundo em movimento existe uma luta de contrários, uma tensão entre opostos, lados diferentes,

Enganam-se, pois, os que supõem que a realidade é tranquila e inerte. Ela é inquieta e móvel, tensa, concordante porque discordante, e da guerra nasce a ordem ou o cosmo, equilíbrio dinâmico de forças contrárias que coexistem e se sucedem sem cessar. A unidade do mundo é sua multiplicidade. Tudo é um porque o um é tudo ou todas as coisas (CHAUI, 2002, p. 82).

Portanto, há uma coexistência entre conhecimentos sobre o mundo. E estes, mesmo sendo diferentes, contrários, e mesmo contraditórios, poderão desenvolver uma unidade na multiplicidade. A interdisciplinaridade possibilita essa coexistência, sendo o lugar onde o uno se torna múltiplo, e o múltiplo, também, volta a ser uno.

Desta maneira, concludo fazendo referência à formação profissional ao dizer que os espaços de atuação profissional dos CREAS levaram-me a inferir que para cumprir uma missão pública, que exige o interdisciplinar, que exige um trabalho coletivo e cooperativo, que exige a interlocução, precisam ser revistas no campo da formação estratégias para que profissionais possam executar a integração entre conhecimentos; a perspectiva de Interdisciplinaridade pode levar ao planejamento e execução na gestão do trabalho com ações voltadas ao desenvolvimento da capacidade criativa dos sujeitos e sua emancipação humana.

Uma formação profissional precisa pensar o espaço de trabalho precarizado que dificulta o diálogo entre profissionais, não basta apenas acusar que os profissionais não conseguem dialogar sobre as suas diferentes intervenções, não há tempo, há uma grande demanda colocada em seu cotidiano, impedindo a sua construção como ser social. Portanto, é necessário atribuir fundamento histórico para que se reconheçam as contradições do espaço de trabalho e as possibilidades de um exercício profissional que interage e torne forte o coletivo, torna a articulação entre profissões no trabalho o caminho do exercício de uma interdisciplinaridade.

[...] trata-se de exigência absolutamente fundamental e diretamente relacionada à concepção de saber como espaço do múltiplo, do encontro dos signos, além de alimentada também por uma nova concepção de profissionais. Nossas formações profissionais básicas não devem nos dividir, mas, pelo contrário, nos proporcionar os fundamentos para a construção do saber coletivo (MARTINELLI, 2001, p. 149).

Assim, a interdisciplinaridade, como possibilidade concreta dos profissionais na política de assistência social, pode suscitar unidade, diálogo, integração e cooperação para além das intervenções atendidas no CREAS. Finalizo refletindo que definir a interdisciplinaridade, ou o interdisciplinar, ainda é tarefa difícil, mas ao longo das leituras sobre seus significados, verificamos que as referências, também, não são unânimes em defini-la (POMBO, 2008). Seus significados são traduzidos como prática, dimensão, visão, filosofia, uma nova epistemologia, um novo paradigma, uma teoria, etc. Então, por enquanto, considero-a no campo da prática profissional, podendo vir a ser um instrumento e técnica que possui caráter próprio, ídeo-político, se embasada por uma Teoria Social Crítica.

Talvez tenhamos que admitir que a essência da totalidade seja sempre provisória “ninguém tem a grande teoria que vai mudar tudo” (WANDERLEY, 1986),

mas o que se apresenta é a necessidade de convergir os conhecimentos das profissões na direção da construção de uma outra sociedade, sem desigualdades ou divisões de classes.

Entendo que estas são reflexões necessárias a atual conjuntura das políticas sociais. Trazê-las à reflexão conclusiva deste trabalho significa dizer que as profissões que interagem no espaço de trabalho da Política de Assistência Social, ao exercerem Interdisciplinaridade podem convergir para uma “práxis revolucionária”.

REFERÊNCIAS

ABEPPS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS nº 7**. São Paulo, Cortez Editora, 1997.

ABREU, Mariana Maciel. Apresentação da Revista Temporalis. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **Revista Temporalis**, n. 14. Ano VII, jul-dez. 2007.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia das Origens a Araxá**. São Paulo. Cortez. 1985.

ALVES, Giovanni. **A Condição de Proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. Londrina. Praxis. 2009.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **O Averso do Trabalho**. 1ª ed. São Paulo. Expressão popular. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo. Cortez. 2011.

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/educacion/antunes.pdf>>. Acesso em: 12/09/2016.

_____. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, n. 123, p. 407-427, jul./set, 2015. São Paulo, Cortez.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5ª ed. São Paulo. Cortez. 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social**. NOB/RH/SUAS. Brasília: MDS, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 17**, de 20 de junho de 2011. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária**. Brasília: DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS**. Brasília: Brasil LTDA, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 15**, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5**, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 9**, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Lei 8.662. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.** Brasília, 7 de julho de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo.** Brasília: CFP, 2009.

_____. **Referências Técnicas para Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Conselho Federal de Psicologia.** - Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CFESS e ABEPSS (orgs.). Brasília. UNB. 2009.

_____. **Trabalhar na Assistência Social em Defesa dos Direitos da Seguridade Social. Contribuições do conjunto CFESS/CRESS ao debate sobre a definição de trabalhadores da assistência social.** Brasília. 2010.

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social.** Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília. 2011.

_____. **Atribuições Privativas do/da Assistente Social em Questão.** 1ª Edição ampliada. Brasília. 2012.

CHAUI, M. **Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles.** São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

COUTO, Berenice Rojas (et al.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3ª edição. São Paulo. Cortez. 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, V. P. **Globalização correlação de forças e Serviço Social.** São Paulo. Cortez. 2013.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia?** São Paulo. Loyola. 1996.

_____. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa.** São Paulo. Papyrus. 2012.

_____. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo. Cortez. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras.** UNIOESTE Campus Foz do Iguaçu. V. 10, nº 1, p. 41-62. 1º sem. 2008.

GONÇALVES, C. M. **Análise sociológica das profissões:** principais eixos de desenvolvimento. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>>. Acesso em: 16/03/2015.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo. Cortez. 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150140&idtema=130&search=para|belem|estimativa-da-populacao-2016>>. Acesso em: 24/11/2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª ed. São Paulo. Cortez. Lima, Peru. CELATS. 1998.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro. IMAGO Ed. LTDA. 1976.

_____. **Introdução ao pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro. F. Alves. 1992.

JANTSCH, A.P.; BIANCHETTI, L. (orgs.). **Interdisciplinaridade:** para além da filosofia do sujeito. Petrópolis. RJ. Vozes. 1995.

LOWY, M. **Ideologia e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. 19ª ed. São Paulo. Cortez. 2010.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. São Paulo. Cortez. 1994.

LAURELL, Asa Cristina. (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3ª ed. São Paulo. Cortez. 2002.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo. Boitempo. 2012.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: um adeus à pedagogia e aos pedagogos? In: SILVA, A. M. M. (org.). **Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social**. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife: ENDIPE, 2006.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2ª ed. São Paulo. Cortez. 1999.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara. 1986.

MARTINELLI, M. L. Uma abordagem socioeducacional. In M. L., MARTINELLI, M. L., RODRIGUES ON & S. T., MUCHAIL (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo. Cortez. 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo. Moraes. 1984.

_____. **História**. Tradução: FERNADEZ, Florestan (org.). 3ª Ed. São Paulo. Editora Ática. 1989.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Col. Os Pensadores. 2ª ed. São Paulo. Abril cultural. 1978.

MOTA, A. E. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo. Cortez. 2009.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab. **Carta da Transdisciplinaridade**. Convento de Arrábida, Portugal, Novembro de 1994.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª. ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2009.

NETTO, J. P. **Razão, ontologia e práxis**. Revista serviço social e sociedade, nº 44, ano XV. São Paulo. Cortez, 1994.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, ano XVII. São Paulo. Cortez, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em serviço Social e política social**. Brasília. CEAD/UNB. 1999.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1ª ed. São Paulo. Expressão popular. 2011.

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. IN: **CADERNO ABESS Nº 4**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo. Cortez. 2012.

NERY, Vânia Baptista. **O Trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social** - saberes e direitos em questão, 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. 2ª ed. São Paulo. Triom. 2001.

_____. **Definition of transdisciplinarity**. Disponível em: <<http://www.interdisciplines.org/interdisciplinarity/papers/5/24/>>. Acesso em: 15/03/2015.

_____. **Um Novo Tipo de Conhecimento Transdisciplinaridade**. Disponível em: <<http://www.ufrjrj.br/leptrans/arquivos/conhecimento.pdf>>. Acesso em: 20/03/2015.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre. Artes Médicas Sul. 1999.

PIRES, M. F. de C. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade não ensino. **Interface** (Botucatu) [online]. 1998, vol.2, n.2, pp. 173-182.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo. Cortez. 2002.

POMBO, O.; LEVY, T. GUIMARÃES, H. **A Interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa. Texto. 1993.

POMBO, O. **Conferência: Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-Graduação**. Porto Alegre, Brasil, Universidade Pontifícia do Rio Grande do Sul, dias 21, 22 e 23 de Junho de 2004.

_____. Interdisciplinaridade: Conceito, Problemas e Perspectivas. In.: POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade**. Antologia. Col. Campo das Ciências. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. Práticas Interdisciplinares. Sociologias, **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2006), VIII, nº 15, p. 208-249.

_____. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**. Campus de Foz do Iguaçu. 1º semestre de 2008, v. 10, nº 1, p. 9-40.

_____. Interdisciplinaridade e Transformações Epistemológicas Contemporâneas, n.º 1, **Publicação do Núcleo de Pesquisa em Práticas Docentes (NPPD) - UNIJORGE**, Outubro de 2009, pp. 7-10.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.

SÁ, J. L. M. de (org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 8ª ed. São Paulo. Cortez. 2010.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (et al). **A Assistência na Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras: uma questão em análise**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998).

SIMIONATO, Ivete. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência do serviço social**. 2ª ed. Florianópolis, São Paulo: Cortez, 1999.

RIBEIRO, Sérgio Luiz. A Criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço Vivo. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 2004, p. 92-99.

RESOLUÇÃO, Nº 109. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. **Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS**. 2009.

RODRIGUES ON, Maria Lúcia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. IN: M. L.; MARTINELLI, M. L., RODRIGUES ON & S. T., MUCHAIL (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo. Cortez. 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. 2ª edição. São Paulo. Edições Afrontamento.1988.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKS, Sheila, GUERRA, Yolanda (orgs.). **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora. UFJF. 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 22/03/2015.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Serviço Social e interdisciplinaridade**: o exemplo da saúde mental. In: Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2002.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. Buenos Aires. Clacso. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Conjuntura, a universidade e o profissional. In: **CADERNO ABESS**, nº 1. O processo de formação profissional do assistente social. Ed. Cortez. São Paulo, 1986.

YAZBEK, Maria Carmelita. Tendências da Política de Assistência Social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 3 n. 3 p. 1-94. Maio 2004.

APÊNDICES

Apêndice A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____ Tempo de atuação na instituição: _____

Instituição:

Vínculo empregatício: _____ Jornada de trabalho:

Trabalha em outros lugares: () Não () Sim - Quais?

FORMAÇÃO:

Graduação: _____, Ano:

Pós-graduação: _____

IES: _____

PERGUNTAS:

- 1- Quais conhecimentos o Estado deve requisitar para dar conta da missão pública dos serviços do CREAS?
- 2- Como você caracteriza o seu saber/conhecimento profissional?
- 3- Na sua formação profissional quais elementos você acredita que contribuíram para você pensar e refletir a sua intervenção profissional no CREAS? (Não teve). Por que não teve?
- 4- Como você vê o diálogo do seu conhecimento profissional e se relaciona com outros conhecimentos profissionais no seu trabalho no CREAS?
- 5- O CREAS oferece um espaço de discussão na perspectiva da interdisciplinaridade? (Não oferece). Por que você acredita que não oferece? (Sim, oferece). Como vocês construíram esse espaço?
- 6- Descreva uma intervenção profissional interdisciplinar que você participou. Dê um exemplo.

Apêndice B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pesquisa para dissertação de mestrado em Serviço Social pela UFPA: **O Serviço Social e a Interdisciplinaridade: Um Estudo no Centro de Referência Especializado da Assistência Social em Belém.**

Pesquisadora: Ediane Moura Jorge. Contato: (91) 987122857. E-mail: edianemj@gmail.com. Outras informações: Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UFPA, situada no Campus Universitário do Guamá, na Rua Augusto Correa, nº 01, Guamá, CEP 66075-110, Belém, Pará.

Convidamos o Senhor (a) _____ a participar desta pesquisa, que tem como objetivo Analisar e compreender a relação do Serviço Social como profissão mediatizada pela ação/intervenção do assistente social durante a atuação conjunta com outros profissionais da área social em uma perspectiva de interdisciplinaridade no espaço sócio ocupacional do Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS em Belém.

Este será um estudo embasado numa perspectiva crítica-dialética, utilizando a pesquisa qualitativa. O projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, sob orientação do professor Dr. Reinaldo Nobre Pontes e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional – GEPSS/UFPA.

A sua participação neste estudo será como convidado (a) voluntário (a). Você será orientado (a) sobre o estudo em qualquer aspecto de dúvidas, e terá plena liberdade para sair do estudo a qualquer momento, sem incorrer em nenhuma penalidade.

A sua identidade, bem como a da sua instituição serão mantidas como informação confidencial. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados, mas sua identidade não será revelada sem seu consentimento. A coleta de informações ocorrerá através de entrevista aberta presencial, fotos e vídeo. A entrevista será gravada, para posterior transcrição, que serão arquivadas por um período não inferior a cinco anos. As fotos e vídeos serão para apresentação de mídia audiovisual.

Este termo de consentimento será impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável na Pós-Graduação em Serviço Social – UFPA. Assim, eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa O Serviço Social e a Interdisciplinaridade: Um Estudo no Centro de Referência Especializado da Assistência Social em Belém, de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar voluntariamente dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belém, _____ de _____ de 2015.